

Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



“Percepção de riscos ambientais de trabalhadores catadores de materiais recicláveis em um aterro controlado do município de Duque de Caxias / RJ”

por

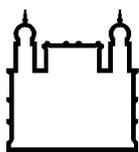
Marcelo Cardozo

Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de Mestre em Ciências na área de Saúde Pública e Meio Ambiente.

Orientador principal: Prof. Dr. Marcelo Firpo de Souza Porto

Segundo orientador: Prof. Dr. Frederico Peres da Costa

Rio de Janeiro, agosto de 2009.



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Esta dissertação, intitulada

“Percepção de riscos ambientais de trabalhadores catadores de materiais recicláveis em um aterro controlado do município de Duque de Caxias / RJ”

apresentada por

Marcelo Cardozo

foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Marcelo Bessa de Freitas
Prof. Dr. Carlos Machado de Freitas
Prof. Dr. Marcelo Firpo de Souza Porto – Orientador principal

Dissertação defendida e aprovada em 13 de agosto de 2009.

Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca de Saúde Pública

C268 Cardozo, Marcelo
 Percepção de riscos ambientais de trabalhadores catadores de
 materiais recicláveis em um aterro controlado do município de Duque
 de Caxias, RJ. / Marcelo Cardozo. --Rio de Janeiro: s.n., 2009.
 107f., il., mapas

 Orientadores: Porto, Marcelo Firpo de Souza
 Costa, Frederico Peres da
 Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública
 Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2009

 1. Riscos Ambientais. 2. Trabalhadores. 3. Catadores.
 4. Lixo. 5. Reciclagem (Saúde Ambiental). 6. Uso de Resíduos Sólidos.
 7. Exposição Ocupacional. I. Título.

 CDD - 22.ed. -628.4458098153

Dedico este trabalho a todos os catadores e catadoras do Aterro Municipal de Jardim Gramacho pela lição de vida expressada em sua profissão.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a Deus pelas oportunidades que tenho experimentado ao longo dos meus trinta e sete anos de vida;

À Dilza, minha mulher, esposa e companheira, por sua paciência, dedicação incentivo e valiosas contribuições. Eu te amo! E quero estar ao teu lado cada dia da minha vida;

À Gabriele, amada filha, por suportar, mesmo sem querer, minhas ausências. Eu vejo em você minha maior fonte de inspiração;

Aos meus pais, José Antônio e Lenir Machado, e, aos meus queridos irmãos, Márcio, Geraldo, Silvana e Cleide, pela educação dispensada e por acreditarem sempre em mim, respectivamente;

À Assistente Social Dra. Valéria Pereira Bastos, minha amiga, por permitir e incentivar a realização deste trabalho. Sem sua intervenção, carisma e orientação, nada disso seria possível;

Ao meu orientador, Dr. Marcelo Firpo de Souza Porto, por suas observações apaixonadas e comprometidas com as questões sócio-político-ambientais nacionais e internacionais;

Ao meu Co-Orientador, Dr. Frederico Peres, por suas valiosas e intermináveis contribuições durante toda a realização deste trabalho;

Aos estimados amigos de turma, Jailson Fulgêncio, Mariana Belo e Lyssa Roshi, dentre outros, pelas intermináveis discussões acerca de nossos temas durante a realização das disciplinas obrigatórias;

Ao amigo Sebastião, Presidente da ACAMJG, por me receber de braços abertos e confiar no meu trabalho;

À COMLURB, pelo incentivo e apoio dispensados durante a realização do curso de mestrado em Saúde Pública e Meio Ambiente.

PRA SER CATADOR

Pra ser catador

Em primeiro lugar

Tem que ser trabalhador

Pra ser catador

Tem que ser um sonhador

Ser catador também é sentir dor

Pra ser catador

Tem que ter orgulho de ser catador

Pra ser catador

*Tem que ser respeitador principalmente da
natureza*

*Pois ela é a mais beneficiada com o seu
trabalho*

Pra ser catador

Tem que ser superior ao tempo

Porque chova ou faça sol, ele vai trabalhar

Pra ser catador

Mesmo sem curso superior

*Já é ser um economista, porque com o seu
trabalho*

Se economiza milhões em energia

Pra ser catador, antes de tudo,

Tem que respeitar o outro catador

Ser catador é ser brasileiro!

*(Nilson José dos Santos – Catador de
Jardim Gramacho)*

ÍNDICE DE FIGURAS

	Página
1. Vias de exposição aos resíduos sólidos	30
2. Localização geográfica do Município de Duque de Caxias	36
3. Localização do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho	37
4. 6º Festival Lixo & Cidadania	46

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

	Página
1. Manguesal antes da criação do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho	38
2. Degradação ambiental do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho	39
3. Aterro Controlado de Jardim Gramacho após sua recuperação	40
4. Passeata organizada pelo MNCR em Belo Horizonte	47
5. 6º Festival Lixo e Cidadania em Belo Horizonte	48
6. Sede da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Jardim Gramacho....	61
7. Vestimenta comum usada pelos catadores	64
8. Despejo de lixo pelo caminhão	65
9. Trator espalhando o lixo	65
10. Prensagem do material	67
11. Pesagem do material	67
12. Catadores preparando o material pesado para a empresa compradora	67
13. Catadores preparando o material pesado para a empresa compradora	67
14. Área de rejeitos	69
15. Rejeitos sendo levados para o aterro	69

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS (continuação)

	Página
16. Sede da Cooperativa de Catadores de Jardim Gramacho	73
17. Despejo de lixo no poço	76
18. Disposição do lixo no funil	76
19. Primeira triagem realizada na esteira	77
20. Segunda triagem realizada nas baias de separação	78
21. Área de rejeito	78
22. Galpão destinado à prensagem e ao depósito de materiais	79

ÍNDICE DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ACAMJG – Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Jardim Gramacho.

ACJG – Aterro Controlado de Jardim Gramacho.

ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável.

CBO – Classificação Brasileira De Ocupações.

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa.

CESTH – Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana.

CGVAM – Coordenação Geral de Vigilância Ambiental.

COHAB – Companhia Metropolitana De Habitação.

COEP – Comitê de Empresas Públicas/Rede Nacional de Mobilização Social.

COOPERGRAMACHO – Cooperativa dos Catadores de Jardim Gramacho.

COMLURB – Companhia Municipal de Limpeza Urbana.

CTR/GERICINÓ – Centro de Tratamento de Resíduos de Gericinó/Bangu.

ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública.

EPI – Equipamento de Proteção Individual.

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz.

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

ÍNDICE DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS (continuação)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change.

JB – Jornal do Brasil.

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

MS – Ministério da Saúde.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.

PDRHRHBG – Plano Diretor de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PNSB – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico.

RBJA – Rede Brasileira de Justiça Ambiental.

REDUC – Refinaria de Duque de Caxias.

SVS – Sistema de Vigilância em Saúde.

RESUMO

O presente estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa qualitativa em saúde e ambiente, que tem como objetivo conhecer a percepção de riscos ambientais e as estratégias de enfrentamento dos problemas de saúde e ambiente dos trabalhadores(as) catadores(as) de materiais recicláveis, do Aterro Controlado de Jardim Gramacho (ACJG), de Duque de Caxias, Rio de Janeiro/RJ. Como instrumento de coleta de dados, optou-se pela entrevista semi-estruturada com informantes-chave, complementada com a observação participante e com registros feitos a partir de caderneta de campo. Foram entrevistados(as) vinte e nove trabalhadores(as) catadores(as), sendo treze pertencentes à Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Jardim Gramacho (ACAMJG) e dezesseis da Cooperativa de Gramacho (COOPERGRAMACHO), sendo catorze homens e quinze mulheres, com uma média de idade de 40 anos. Estes trabalhadores atuavam como catadores, em média, há quinze anos e apresentavam baixo nível de escolaridade, sendo cerca de 17% de analfabetos e 65% com ensino fundamental incompleto. Os dados, analisados por meio da Análise do Conteúdo, geraram resultados que evidenciaram ser a catação de materiais recicláveis, no ACJG uma atividade perigosa e insalubre, embora, constitua-se na única forma de sobrevivência da grande maioria dos trabalhadores(as) catadores(as). A análise da percepção de risco ambiental mostrou que, em razão dessa luta pela sobrevivência, os trabalhadores negligenciavam aspectos mínimos de segurança, minimizando os riscos e, em muitos casos, negando o perigo, configurando uma ideologia defensiva no grupo que, em última instância, era o mecanismo encontrado para o enfrentamento das cotidianas situações de risco a que estão submetidos, de modo a permitir sua manutenção na prática da catação.

Palavras chave: *Catadores de materiais recicláveis, percepção de risco, condições de trabalho e saúde coletiva.*

ABSTRACT

This study is based on qualitative environmental health research techniques, aiming to understand risk perception among recycling material collectors working in a controlled sanitary garbage disposal unit in Jardim Gramacho (ACJG), Duque de Caxias Municipality, Rio de Janeiro State. As a data collection instrument, semi-structured interviews with key-informants were used, complemented with participatory observations with field notebook registers. Twenty-nine workers were interviewed, thirteen from the Jardim Gramacho Collectors Association (ACAMJG) and sixteen from the Gramacho Cooperative (COOPERGRAMACHO), fourteen men and fifteen women, with 40 years-old in average. These workers were in recycling material collecting business for fifteen years in average and had a low educational level, being 17% of them illiterate and 65% with incomplete elementary school degree. Data analyzed using Content Analysis techniques revealed that recycling material collecting is a dangerous and unhealthy activity, but is the only activity available for the workers survival. Risk perception analyses showed that due this survival need, most of the workers neglected environmental and health risks and minimum safety procedures, characterizing risk denial and danger minimizing. This configured a defensive ideology that, in a complementary analysis, the pathway these workers found to face risk situations common in their work quotidian.

Key-words: *Recycling material collectors; risk perception; work conditions; collective health.*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
1. INTRODUÇÃO	
1.1- Contextualização Histórica	17
1.2- Delimitação do Problema	21
1.3- Delimitação do Objeto de Estudo	23
1.3.1- Percepção de Risco Ambiental	
2. JUSTIFICATIVA	30
3. OBJETIVOS	34
4. METODOLOGIA	
4.1- A Área de Estudo	35
4.1.1- Duque de Caxias	35
4.1.2- Bairro Jardim Gramacho	36
4.1.3- Aterro Controlado de Jardim Gramacho (ACJG)	37
4.2- Pressupostos Teórico-metodológicos	40
4.3- Delimitação do Trabalho de Campo	43
4.3.1- Fase exploratória de campo	43
4.3.2- Definição de categorias analíticas e empíricas	49
4.3.3- Definição do instrumento de coleta de dados	49
4.3.4- Definição dos informantes-chave	50
4.3.5- Levantamento e análise dos dados de campo	51
5. RESULTADOS	
5.1- Os(as) Catadores(as) do Aterro Controlado de Jardim Gramacho	53
5.2- Processo de Trabalho no Aterro Controlado de Jardim Gramacho	60
5.2.1- ACAMJG	60
5.2.2- COOPERGRAMACHO	70
5.3- A Percepção dos Riscos Ambientais	80
5.4- A Percepção dos Riscos à Saúde	85

5.5- Perspectivas dos(as) Trabalhadores(as) Catadores(as) em Relação ao Seu Trabalho	87
6. UMA BREVE DISCUSSÃO	89
7. CONCLUSÕES	93
8. BIBLIOGRAFIA	95
ANEXOS	102

APRESENTAÇÃO

POR QUE O LIXO? POR QUE PERCEPÇÃO DE RISCO AMBIENTAL? POR QUE JARDIM GRAMACHO?

O motivo pelo qual escolhi falar sobre o “lixo” na dissertação de mestrado tem a ver diretamente com o meu trabalho na Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB), contudo, responder a estas questões requer resgatar um pouco da minha história profissional de forma resumida. Sou Professor de Educação Física, formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), desde 1999, com especialização *Latu Sensu* em Ciência da Performance Humana, desde 2001, também naquela Instituição. Trabalho na Companhia Municipal de Limpeza Urbana – COMLURB – desde 1998. Estou lotado na Gerência de Qualidade de Vida (formada pelas Coordenações de Segurança do Trabalho, Saúde e Medicina do Trabalho, Educação Física, Serviço Social e Psicologia), ligada diretamente à Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP). Iniciei meus trabalhos na COMLURB cuidando das atividades de esporte e lazer. Porém, após ter lido a tese de doutorado do Engº João Alberto Ferreira, intitulada *“Lixo Hospitalar e Domiciliar: Semelhanças e Diferenças – Estudo de Caso no Município do Rio de Janeiro”* e defendida na ENSP / FIOCRUZ em 1997, pude compreender mais claramente a importância do trabalho da COMLURB para o Meio Ambiente e para a Saúde Pública, e que os profissionais encarregados pela coleta e destino final dos resíduos sólidos de logradouros públicos, domiciliares e hospitalares, conhecidos como Garis, pela forma como realizam esse trabalho, estão expostos a vários tipos de riscos. A partir de então, interessei-me ainda mais pelas questões que envolvem a saúde do trabalhador e dei início a uma busca cada vez maior e mais motivante por artigos e trabalhos escritos sobre o assunto. Em seguida, matriculei-me na disciplina isolada **“Produção e Saúde”** do Curso de Mestrado em Saúde do Trabalhador da ENSP/FIOCRUZ em 2002, com os ilustres professores Dr. Carlos Minayo e Dr. Ary Miranda. Os conhecimentos obtidos na FIOCRUZ, naquele momento, fizeram-me dar uma nova orientação às minhas atividades na COMLURB: hoje sou responsável por programas de promoção da saúde e participo da realização de estudos/pesquisas que visam conhecer e minimizar os impactos dos processos de trabalho sobre a saúde dos trabalhadores (Garis), juntamente com profissionais de outras áreas, através do *Grupo de Estudos Multidisciplinar em Saúde do Trabalhador – GEMSAT* – o qual ajudei a fundar. Todavia, tais conhecimentos aumentaram ainda

mais meus questionamentos sobre a relação saúde/trabalho/doença, e, a Educação Física, por si só, não atendia a tais demandas, motivo pelo qual retornei à Academia, agora como aluno regularmente matriculado no Curso de Especialização Lato Sensu em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana no CESTH/FIOCRUZ, onde tive a oportunidade de conhecer alguns estudos sobre **“Percepção de Risco”**, em função da minha monografia orientada pelo professor Frederico Peres, cujo tema foi **“PERCEPÇÃO DE RISCOS NO TRABALHO DAS PROFISSIONAIS DO SEXO DA VILA MIMOSA, RIO DE JANEIRO/RJ”**. Devido a aproximação com o conceito de Percepção de Risco, senti a necessidade de trabalhar a “Percepção de Riscos Ambientais em Garis da COMLURB”. Submeti-me, então, aos exames para o curso de Mestrado em Saúde Pública e Meio Ambiente (Sub-Área Gestão de Problemas Ambientais e Promoção da Saúde) e na entrevista fui indagado pela banca avaliadora sobre a viabilidade do meu pré-projeto, o que levou-me a refletir mais sobre a necessidade de realizar alguns ajustes no mesmo. Ao longo do 1º semestre, agora já como mestrando, após várias conversas com o professor Frederico Peres (meu orientador), chegamos a conclusão de que a questão ambiental não estava bem definida na minha proposta inicial, e, que, ao tratarmos deste tema com os Garis da COMLURB, poderíamos restringi-lo ao ambiente de trabalho daqueles sujeitos. Foi quando o professor Frederico Peres comentou sobre o seu projeto proveniente de uma parceria entre a FIOCRUZ e a CGVAM – SVS – MS (Programa de Vigilância em Saúde Ambiental), o qual tem como um dos seus objetivos a definição de instrumentos de gestão ambiental participativos em áreas de solo contaminado. E, salientou que o Aterro Controlado de Jardim Gramacho, Duque de Caxias, fora classificado pelo VIGISOLO como área de solo contaminado de “cor roxa”, com potencial dano ao meio ambiente, bem como às populações circunvizinhas. A partir de então, meu projeto passou a ser entendido, por nós, como uma parte do projeto FIOCRUZ / CGVAM. Neste momento, tivemos clareza sobre o tema do meu projeto: ***Percepção de Riscos Ambientais de Trabalhadores Catadores de Materiais Recicláveis em um Aterro Controlado do Município de Duque de Caxias/RJ***. Já no segundo semestre, após ter contato com o professor Marcelo Firpo, na disciplina “Ecologia Política dos Riscos”, pude perceber que para entender melhor algumas questões relacionadas aos trabalhadores catadores de materiais recicláveis, seria necessário, além de conhecer à fundo o estado da arte, considerar alguns conceitos como **“(In)Justiça Ambiental”, “Ecologia Política”, “Vulnerabilidade Social”, “Zonas de Sacrifício”**, entre outros, até então pouco conhecidos por mim. Apaixonei-me pelas aulas. E, a partir do meu entusiasmo, creio eu,

o professor Marcelo Firpo manifestou o interesse de ser um dos meus orientadores. O que foi prontamente aceito pelo professor Frederico Peres, dada a contribuição incontestável a ser dada pelo professor Marcelo Firpo. Enfim, a escolha do tema, do problema e do campo, levaram em consideração não só as aspirações pessoais, mas, principalmente, demandas sócio-ambientais atuais que embora já estejam sendo discutidas na academia, necessitam de mais elementos que venham a contribuir com a discussão a cerca da temática, dada a sua relevância para o cenário da Saúde Pública e Ambiental, tanto em nível local, quanto global.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização Histórica

Ao longo de toda a história da espécie humana, o resto, o resíduo, a sobra ou o lixo, pode ser considerado uma variável inerente aos processos de manutenção e evolução da vida, mesmo entre os povos nômades. Contudo, é com o sedentarismo, isto é, com a aglomeração de pessoas em pequenas vilas e posteriormente em cidades, e, a mudança de hábitos, que tal variável adquire status de “vilã” no campo da saúde pública e ambiental. Na era medieval, por exemplo, os detritos orgânicos e a sujeira das cidades favoreceram a proliferação de vetores como o rato, responsável pela grande epidemia de peste negra ocorrida na Europa em 1347¹.

A este respeito, PONTING (1995, apud. UJVARI, 2004)¹ elucidando a forma como as civilizações humanas interagem com seu meio ambiente, afirma que com tanta gente vivendo no mesmo lugar, a eliminação de resíduos e dejetos tornou-se um grave problema de Saúde Pública, com a geração de vetores e contaminação da água potável, dado que poucas sociedades primitivas mantinham o excremento longe da água potável e a maioria usava um único curso d’água para ambas as finalidades, o que contribuía sobremaneira para o surgimento de parasitas intestinais e doenças como o Cólera e a Disenteria. Veja-se, por exemplo, a contaminação da água em Londres, na Inglaterra, na segunda metade do século XIX, que levou o médico JOHN SNOW (1990)², através de um belíssimo raciocínio lógico-dedutivo, baseado na observação da geografia dos distritos acometidos, nas condições de vida das pessoas que adoeciam, na relação que estas estabeleciam com seu meio ambiente e nos sintomas da doença, a explicar tratar-se o cólera de um organismo vivo, em contraposição à Teoria dos Miasmas.

Cada país ao longo de sua história se defrontou com o problema do lixo. Cada qual deu sua solução para o problema, de acordo com seu desenvolvimento tecnológico, seus recursos econômicos e a vontade de resolver a questão, que infelizmente, na maioria das vezes, consistia em levar o lixo para um local fora das vistas, longe das cidades, para áreas localizadas nas periferias³, imputando às classes menos favorecidas o ônus da instalação e da convivência com os restos da sociedade.

No Brasil, a implementação oficial de um serviço sistemático de limpeza urbana só se deu em 25 de novembro de 1880, na capital do Império, a Cidade de São Sebastião

do Rio de Janeiro, através do Decreto nº 3.024, assinado pelo então imperador D. Pedro II. Tal decreto aprovou o contrato de "limpeza e irrigação" da cidade, a ser executado por Aleixo Gary e, mais tarde, por Luciano Francisco Gary, de cujo sobrenome origina-se a palavra "Gari", que hoje é utilizada para denominar os trabalhadores encarregados da realização da limpeza urbana em muitas cidades brasileiras⁴. Desde a sua implementação até os dias atuais, os serviços de limpeza urbana tem passado por bons e maus momentos.

Erguida sob a lógica do mercantilismo, com o mínimo de investimento e o máximo de exploração, sobre um terreno pantanoso e de manguezal, a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro já enfrentou graves problemas de saúde pública. Em 1613 o Rio foi assolado por violenta epidemia de cólera que irrompe no Campo da Cidade (atual Campo de Santana), que recebia lixo e matérias fecais. O estado sanitário da cidade era péssimo. Os cariocas atiravam seu lixo e suas imundícies nas ruas, nos rios e no mar. Na 2ª metade do século XX, a destinação final do lixo da cidade se fazia por meio de despejos na Baía de Guanabara (Ilha de Sapucaia), que devido à imensa quantidade de lixo, acabou integrada às Ilhas do Fundão e do Bom Jesus, através de sucessivos aterros, *com danos irreparáveis e não contabilizados à população e aos ecossistemas (in)diretamente ligados à Baía* (Grifo nosso). Cessado o despejo na Baía de Guanabara, o lixo passou a ser depositado em Santa Cruz às margens do Rio Guandu, e em Jacarepaguá³.

Na década de 70, durante a Ditadura Militar e, ainda, sob a influência da Teoria dos Miasmas⁵, onde os mangues e áreas alagadas eram vistos apenas como criadouros de mosquitos e exaladores de odores insalubres, cria-se o Depósito de Lixo Metropolitano de Jardim Gramacho (O Lixão de Jardim Gramacho, como ficou conhecido), um vazadouro a céu aberto, no distrito de Duque de Caxias/RJ, a 20km da cidade do Rio de Janeiro IBGE (2000, apud. DIAGNÓSTICO SOCIAL, 2005)⁶, sobre uma área de manguezal às margens da Baía de Guanabara, banhada pelos Rios Sarapuí e Iguaçu.

Segundo Lima e Silva, Guerra e Mousinho (1999, apud. CAVALCANTE & FRANCO, 2007)⁷, "Lixão" pode ser definido como:

uma forma inadequada de disposição final de resíduos sólidos, sem nenhum critério técnico, caracterizado pela descarga do lixo diretamente sobre o solo, sem qualquer tratamento prévio, colocando em risco o meio ambiente e a saúde pública.

Já na década de 80, por pressão da opinião pública e do próprio Ministério Público, a prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, através da COMLURB, assume com mais quatro municípios vizinhos (Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis e São João de Meriti) a responsabilidade de recuperar aquele lixão⁸. De acordo com Porto et. al., a preocupação cada vez maior com os problemas ambientais do vazadouro, foco de proliferação de vetores, de degradação de manguezais e das águas da Baía de Guanabara, bem como o posicionamento mais crítico por parte das autoridades de Duque de Caxias, município industrial e periférico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, parecem ter sido os fatores que influenciaram na mudança de gestão e na transformação do local num aterro mais adequado, além de incidentes aéreos provocados por urubus, devido à proximidade do lixão com o Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim, incidentes estes amplamente noticiados na imprensa⁸.

A resposta da COMLURB às solicitações do Ministério Público se deu por meio de um TAC (Termo de Ajuste de Conduta), no qual a empresa se comprometeu em minimizar os danos ambientais provocados pelo passivo ambiental proveniente de suas ações no aterro (Diário de bordo, março de 2008). Passivo ambiental pode ser definido como:

uma obrigação adquirida em decorrência de transações anteriores ou presentes, que provocaram ou provocam danos ao meio ambiente ou a terceiros, de forma voluntária ou involuntária, os quais deverão ser indenizados através da entrega de benefícios econômicos ou prestação de serviços em um momento futuro (EPA, 1996; RIBEIRO, 2000; GALDINO et al., 2002, apud. GALDINO et. al., 2004)⁹

De lixão a aterro controlado, longe de ter resolvido o problema, aquela área hoje, com mais de três décadas de funcionamento, se constitui em uma montanha de lixo aterrado com 45m de altura, acima do nível do mar¹⁰, recebendo diariamente 7.600t de lixo/dia, de cariocas e moradores da Baixada¹¹, em uma área de 1,3 milhões m² ¹².

Aterro Controlado pode ser entendido como um lixão que passou por algumas mudanças estruturais, com o objetivo de tornar o local de destinação de resíduos uma área adequada à legislação, porém, ainda inadequada do ponto de vista ambiental, já que contamina o solo natural. Este tipo de aterro não combate a poluição, uma vez que não recebe camada impermeabilizante ideal antes da deposição de lixo, causando poluição do solo e do lençol freático. O aterro controlado também não trata todo o chorume produzido pela decomposição dos resíduos orgânicos (lixo úmido) e os gases que emanam da decomposição do lixo. Por não possuir cobertura vegetal, as atividades do aterro controlado ficam expostas ao ambiente. Um aterro controlado tem como principal objetivo, minimizar os impactos de sua atividade ao meio ambiente.

Aterro controlado é definido pelo Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (2001)⁴,

como sendo uma forma de se confinar tecnicamente o lixo coletado sem poluir o ambiente externo, porém, sem promover a coleta e o tratamento do chorume e a coleta e a queima do biogás.

Embora os problemas com os resíduos humanos remontem às primeiras aglomerações sociais, é no início do século XXI, sob o apelo indiscutível das mudanças climáticas¹³, que tais problemas ganham mais notoriedade por parte de governantes, comunidade científica e sociedade civil, evidenciando a insustentabilidade do sistema de produção/reprodução ao qual estamos inseridos. Sobre este tema, Boaventura Santos (2007)¹⁴ chama a nossa atenção para a interminável quantidade de resíduos gerados pela sociedade que se convencionou chamar de a ‘sociedade do consumo’, entendida como a que “(...) se baseia na incessante fabricação de necessidades que não temos e no endividamento extremo que nos impede de satisfazer as que verdadeiramente temos”.

1.2. Delimitação do Problema

De acordo com Sisino et. al. (2000)¹⁵, em nenhuma fase do desenvolvimento humano se produziu tanto lixo como na atualidade e esta produção está diretamente relacionada às mudanças de hábitos de consumo, bem como com o crescimento populacional. Para alguns autores, o aumento tanto em quantidade como em diversidade da produção dos resíduos sólidos, tem como justificativa, além do crescimento demográfico, a aceleração dos processos de industrialização e urbanização, passando a abrigar em sua composição elementos sintéticos e perigosos à saúde em virtude das novas tecnologias incorporadas à vida cotidiana^{7,16,17}. Com pouco mais de 6 bilhões de pessoas no planeta, calcula-se que a produção mundial anual atual de lixo seja da ordem de 1,84 bilhões de toneladas, a maior parte dele resíduos sólidos que, por falta de reaproveitamento, poluem a atmosfera, contaminam o solo e as águas subterrâneas¹³.

Somente no Brasil, são gerados aproximadamente, por dia, 230 mil toneladas de lixo. Contudo, 20% da população ainda não dispõe de serviços regulares de coleta de lixo residencial¹⁸. No Rio de Janeiro, passamos de **560 t/mês**, no início do século XX³, para cerca de **9.000 t/dia**, neste início de século¹⁹; um aumento de 482 vezes, em aproximadamente cem anos, o que nos dá um aumento médio de aproximadamente 89,81 t/ano.

Em nota publicada no Jornal do Brasil, em fevereiro deste ano, a COMLURB, administradora do aterro, admite que Gramacho já deveria ter suas atividades encerradas. Metade do aterro já está bloqueado, devido a três falhas geológicas no terreno. Segundo a COMLURB, “um acidente geológico no aterro causaria ruptura da camada de argila orgânica em direção ao Rio Sarapuí, em Caxias, e à Baía de Guanabara, com consideráveis danos ao meio ambiente”. *O Aterro Controlado de Jardim Gramacho apresenta-se hoje não só como um passivo ambiental mas, como uma tragédia anunciada* (Grifo nosso). O aterro de Gericinó, localizado na Zona Oeste do Rio, que seria a alternativa “natural” para desafogar Gramacho, recebe 2.500 t/dia de lixo e já está com sua capacidade esgotada, podendo comprometer a segurança do complexo penitenciário de Bangu caso continue em atividade¹¹.

O Plano Diretor de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara, identifica a disposição final inadequada de resíduos sólidos como um dos principais fatores que contribuem para a degradação dos recursos hídricos da Baía de

Guanabara²⁰. A este respeito, o Aterro Controlado de Jardim Gramacho possui posição de destaque, dada a sua proximidade com a Baía de Guanabara e os rios Sarapuí e Iguaçú.

A Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental (CGVAM), através do programa VIGISOLO, mapeou todo o território nacional, classificando suas áreas por meio de “cores”, de acordo com a contaminação das mesmas. O Aterro Controlado de Jardim Gramacho – ACJG – foi classificado como área de cor “roxa”, isto é, área potencialmente contaminada que oferece risco ao meio ambiente e à população circunvizinha ao aterro²¹. Uma área contaminada pode ser definida como sendo:

um local onde há, comprovadamente, poluição ou contaminação causada pela introdução de substâncias ou resíduos que nela tenham sido depositados, acumulados, armazenados, enterrados ou infiltrados de forma planejada ou acidental, no qual os agentes de contaminação podem concentrar-se no ar, nas águas superficiais, no solo, nos sedimentos ou nas águas subterrâneas. Os contaminantes podem ser transportados, propagando-se por diferentes vias, alterando suas características e determinando impactos negativos e/ou riscos sobre populações humanas, recursos naturais e infra-estrutura localizados na própria área ou em outras áreas sob influência direta ou indireta (CETESB, 2003, apud. CARNEIRO et. al. 2004)²²

Por fim, cabe ainda ressaltar que a destinação final de resíduos sólidos está dentro da preocupação do Ministério da Saúde, no que se refere à solução dos problemas que envolvem áreas com solos contaminados. Para o MS o equacionamento da questão passa pela necessidade de se criar políticas públicas integradas para a definição de estratégias e a criação de instrumentos de gestão relacionados à contaminação do solo e seus efeitos diretos ou indiretos à saúde humana e ao ambiente²¹.

Longe de ter uma solução fácil ou imediata, a questão sócio-ambiental relacionada ao Aterro Controlado de Jardim Gramacho precisa ser estudada não só a

partir do ponto de vista das análises técnicas (engenharias, toxicologia, biologia, etc.) mas, também, e, de forma a complementá-las, a dimensão social deve ser considerada, pois, segundo Peres²³, tal dimensão, “inevitavelmente, constitui-se num dos principais determinantes das atitudes/respostas de um indivíduo ou grupo populacional frente ao(s) perigo(s) a que está(ão) exposto(s)”. Além do fato de que, para o mesmo autor, “os riscos tecnológicos / ambientais, mais do que entidades físicas que existem independentemente dos seres humanos que os analisam e vivenciam, são processos de construção social”²³.

1.3. Delimitação do Objeto de Estudo

1.3.1. Percepção de Risco Ambiental

Os estudos de percepção de riscos podem ser considerados centrais no atual panorama sócio-político-econômico-cultural, quando a tônica da discussão é o ambiente em que se vive e se trabalha, em quaisquer de suas vertentes. A partir de tantas ameaças e incertezas de toda ordem do mundo pós-moderno, diante do imponderável, encontramos-nos todos em uma situação de vulnerabilidade – impondo-se, assim, a segurança como um tema imprescindível e urgente. Ironicamente, as inovações tecnológicas não trouxeram no seu bojo os elementos necessários de controle e/ou monitoramento dos riscos que elas também produziram, ignorou-se quase que por completo qualquer tipo de preocupação com o meio ambiente e, conseqüentemente com a saúde pública, ou por falta de conhecimento ou por carência de escrúpulos, ética e responsabilidade, bem como pelo sentimento de impunidade, ou ainda, pela união de todos estes fatores. O que tende a mudar, principalmente agora, com o advento das mudanças climáticas com seus efeitos globais e não mais locais, com a necessidade de modificações profundas na nossa maneira de produzir, consumir, sentir e agir no nosso planeta.

Os estudos de percepção de riscos começam a ser implementados no final dos anos 70 e início dos 80, como uma espécie de resposta às análises técnicas de riscos (engenharia, toxicologia, epidemiologia, atuária, economia, entre outras), pautadas numa perspectiva utilitarista, no paradigma do ator racional e na concepção elitista de democracia, que não raramente subjagam, relativizam ou minimizam aspectos relacionados às escolhas sócio-político-econômicas, de forma a abordá-los sob uma ótica ‘puramente’ técnica ou científica. Onde, os indivíduos são descontextualizados

socialmente e considerados como não tendo nenhum tipo de influência da própria família, do círculo de amigos, dos grupos sociais e instituições das quais fazem parte. (FREITAS & GOMES, 1997, apud. FREITAS, 2000)²⁴

Os profissionais das mais diversas áreas do saber ao aplicarem o conceito de risco em suas avaliações, o fazem sob a lógica da previsibilidade do potencial de perdas e danos (Yates & Stone, 1992, apud. Peres, 2002)²⁵. Para estes profissionais, o risco é interpretado como sinônimo de perigo e sua concepção varia de acordo com a relevância das perdas e/ou danos considerados. (WIEDERMANN, 1993, apud. PERES, 2002)²⁵

Para este mesmo autor, a percepção de riscos, enquanto uma disciplina cientificamente organizada,

*emerge, justamente, a partir da necessidade de entender os contrapontos entre a percepção de técnicos e “leigos”. Seus conhecimentos e referenciais teórico-metodológicos vem sendo frequentemente utilizados como instrumentos de subsídios a ações/intervenções no campo da saúde & ambiente, sobretudo para o delineamento de políticas e estratégias que envolvam práticas de comunicação de risco(...)*²⁵

Segundo Freitas²⁴, os estudos de percepção de riscos estão alicerçados em três grandes abordagens a saber: psicológica, antropológica e sociológica. Para o autor, a abordagem ‘psicológica’ enxerga o indivíduo como uma entidade isolada e tem base nas opiniões das populações, quando questionadas a cerca de atividades e/ou tecnologias perigosas em seu cotidiano. Está fundamentada na psicologia cognitiva e apresenta como principal instrumento de avaliação os testes psicométricos. A abordagem antropológica, por sua vez, também conhecida como cultural, tem o indivíduo com um ator social e está pautada na tese de que grupos populacionais diferentes reagem de formas distintas, quando expostos a um mesmo tipo de risco. Nesta abordagem, a percepção de risco de cada indivíduo está atrelada a seus conhecimentos prévios, suas experiências de vida e a seus valores culturais. Já na abordagem sociológica, a base para a percepção de risco está na experiência social, no

risco e na tecnologia contextualizados sócio-político-cultural-economicamente. Seu objetivo, de acordo com este mesmo autor, está em

demonstrar que o risco se vivencia no interior de cenários, onde as falas, silêncios, expressões e segredos são objetos de um conhecimento coletivamente elaborado em contextos sociais específicos e complexos, que formariam unidades pertinentes na compreensão de como se articulam os comportamentos individuais e a construção coletiva da percepção de risco²⁴.

A definição de risco vem, comumente, recheada de conotações que remetem às conseqüências negativas e ou desfavoráveis de uma atividade, circunstância, evento qualquer, ou objeto do estudo que se queira fazer. Todavia, algumas abordagens sociais comentadas por Slovic (2003)²⁶, por exemplo, apontam para uma outra direção, na qual o risco, representa também um “jogo” e não apenas perigos e nocividades. Dentro desta perspectiva, faz-se mister capturar um sentimento inerente ao “jogo”, o de que para a sua realização assumem-se algumas regras e que há tanto ganhos quanto perdas. Sendo assim, independentemente da orientação do autor e da abordagem escolhida, é consenso o fato de que o risco é socialmente construído; um dos motivos pelos quais comporta diferentes conceitos. Por isso, em qualquer abordagem faz-se necessário contextualizar o risco a partir do ponto de vista da ciência, tendo como pano de fundo a multidimensionalidade dos fatores sociais, psicológicos, culturais e políticos.

Neste contexto, investigar e conhecer a percepção de risco pressupõe, primeiramente, desvelar conotativamente os significados inerentes à percepção do indivíduo, para além de, obviamente, determinar a abrangência denotativa do termo risco. Tal empreitada só pode ser engendrada satisfatoriamente, porém, ainda assim, de forma relativa, através de uma ação multi e transdisciplinar, ou seja, com o envolvimento real e concreto dos profissionais das mais diferentes orientações e campos do saber – antropólogos, psicólogos, sociólogos, engenheiros, médicos, entre outros –, tendo em vista sua complexidade, nascida no campo das forças ora agônicas ora antagônicas.

Ao se pensar a “*percepção*” do risco, deve-se logo abandonar a idéia determinista de objetivar o risco, em categorias e compartimentos rigidamente delimitados, definidos. A percepção é, por excelência, um fenômeno psicológico, social e coletivo, uma vez que congrega todos os sentidos para conferir um significado ao que é vivido pelo sujeito. Determinam e modificam esta configuração sensível do sujeito, suas experiências prévias, o acultramento social, diferenças de gênero, faixa etária, nível de informação e escolarização, entre outros. Justamente por ser percebido, vivenciado pelo sujeito, o risco é tão idiossincrático quanto quem o percebe e vivencia.

Segundo Wiedermann, apud Peres et all. (2005)²³,

“A percepção de riscos é definida como sendo a habilidade de interpretar uma situação de potencial dano à saúde ou à vida da pessoa, ou de terceiros, baseada em experiências anteriores e sua extrapolação para um momento futuro, habilidade esta que varia de uma vaga opinião a uma firme convicção... Baseada, principalmente, em imagens e crenças.”

Com base nesta definição, seriam considerados “riscos” em potencial, os assim “percebidos” como tais. Nesta encruzilhada, onde o pesquisador depara-se com a premência de investigar a subjetividade subjacente à questão perceptiva, ao mesmo passo em que prima pela objetividade e criteriosidade demandadas pela cientificidade acadêmica, surge como caminho e orientação possíveis a atuação do pesquisador em parceria com o próprio “sujeito do risco”. De modo que este sujeito antes anônimo e passivo, passe, efetivamente, a protagonizar sua participação em uma intrincada rede de relações.

Se por um lado, o risco carrega o status do inesperado, não se deveria descartar, por outro, as ações possíveis frente ao potencialmente evitável; nem se surpreender pelo inadvertido. Deixar de lado o confronto ativo pela busca de alternativas mais viáveis para lidar com o risco é optar pela anomia. A percepção do risco, diante de uma situação de violência e ou ameaça, por exemplo, é fundamental para a sobrevivência.

O alcance e as implicações da questão perceptiva diante do risco carregam, em si, dificuldades relativas ao reconhecimento e enfrentamento de perigos e ameaças distintos; dispersão de interesses e prerrogativas, acrescida da ausência de atores que se declarem efetivamente proprietários ou responsáveis por seu manejo, como salienta Navarro e Cardoso²⁷. Além do mais, segundo Chevitarse e Pedro (apud. Navarro e Cardoso)²⁷, uma percepção ‘distorcida’ dos riscos poderia, por extensão, levar o sujeito a ver o mundo, por inteiro, como um risco. Tal perspectiva não contribuiria para nada, além de inibir sua ação. A própria incerteza e a sensação de impotência, por si mesmas, incrementam a possibilidade do surgimento do risco. Por isso, o debate e a informação, são, já, imprescindíveis para adubar o terreno da tomada de consciência, da auto-apropriação das condições de combate às conseqüências adversas do risco.

Uma consideração importante que estes autores fazem e que merece destaque é a manipulação política que se faz da percepção do risco por parte de uma determinada população, que rouba dela valores inalienáveis ao ser humano, como a autonomia na tomada de decisões. Associada a esta manipulação, conforme aponta Beck (1997, apud. Navarro e Cardoso, 2005)²⁷ temos uma outra peculiaridade em relação ao estabelecimento social do risco: usualmente, acompanha a distribuição econômica de bens, produzidos no seio da industrialização e das inovações tecnológicas. Assim, poderíamos incitar à discussão acerca da distribuição e controle do risco por extratos e camadas sociais - Quanto mais acesso a bens e produtos (portanto, maior o poder aquisitivo e a ascensão sócio-econômica); proporcionalmente, maiores e melhores condições de acesso aos elementos que fazem face aos riscos por eles causados?

Paralelamente, nesta discussão, cabe abordar o senso de culpabilização, atrelado à noção de prevenção do risco, quando se pressupõe que, ao sujeito, compete vigiar, antecipar e controlar fatores de risco inerentes à atividade por ele desempenhada. Na realidade, os mecanismos de controle escapam, não raramente, às competências e possibilidades do trabalhador, tendo em vista aquela complexidade em seu entorno, já mencionada anteriormente. Até mesmo a gestão coletiva do risco, agenciada por intermédio das grandes instituições e mecanismos sociais, apresenta falhas e lacunas de toda ordem (além das intrínsecas, como sua auto-gestão econômica e manuseio político), em função do caráter ‘metamorfósico’ / ‘camaleônico’ do risco. Resta, pois, o embate crítico e constante da sociedade, enquanto “sociedade do risco”, termo cunhado por Beck (2006)²⁸, na busca da formulação de novos instrumentos para lidar com estes

impasses e desafios; uma vez que, eliminar, de todo, o risco, parece improvável. Como um veredicto, a expectativa de controle, segundo Beck²⁸, em um mundo em progressivo descontrole, está em colapso.

Um dos grandes trunfos dos estudos em percepção de riscos é o engajamento do sujeito da categoria representada e seu reconhecimento no estudo em pauta. A devolução dos resultados e as intervenções possíveis passam a ser não mais a intervenção de um pesquisador externo com um conhecimento apriorístico acerca da realidade investigada (comumente, com objetivo de corroborar hipóteses prévias), mas um trabalho conjunto de desvelamento daquela realidade, em seus múltiplos significados e expressões, com vistas ou a torná-la menos inóspita ao sujeito e ou a prepará-lo para enfrentá-la de forma mais aparelhada e perspicaz. Deste modo, preserva-se a relevância de uma análise técnica de qualidade, com o incremento da legitimidade pública no resultado das decisões, conforme defende Slovic (2003)²⁶. Uma outra vantagem desses estudos, no ponto-de-vista do referido autor, é que, por intermédio deles, se podem priorizar ações políticas e sociais, conforme a própria manifestação coletiva.

Enfim, nesta pesquisa, inserida no vasto e fértil terreno dos estudos sobre percepção de riscos, estreitamos nosso campo de investigação sobre a problemática específica dos trabalhadores(as) catadores(as) de materiais recicláveis do Aterro Controlado de Jardim Gramacho, tendo como objeto de estudo: *conhecer a percepção de riscos ambientais e as estratégias de enfrentamento dos problemas de saúde e ambiente daqueles trabalhadores*, a partir do amplo conceito de risco ambiental utilizado por Júnior (2001, apud. Dagnino & Júnior, 2007)²⁹, no qual o autor entende que

os impactos ou alterações do ambiente passam a se configurarem como formas de risco ambiental, que ao ser percebido ou conhecido pelo homem, pode se transformar como ponto de partida para as ações que visem a melhoria da qualidade de vida, juntando esforços dos diversos setores da sociedade.

E, ainda, utilizando-se o conceito proposto por Carneiro et. al.²², em que a percepção de risco ambiental:

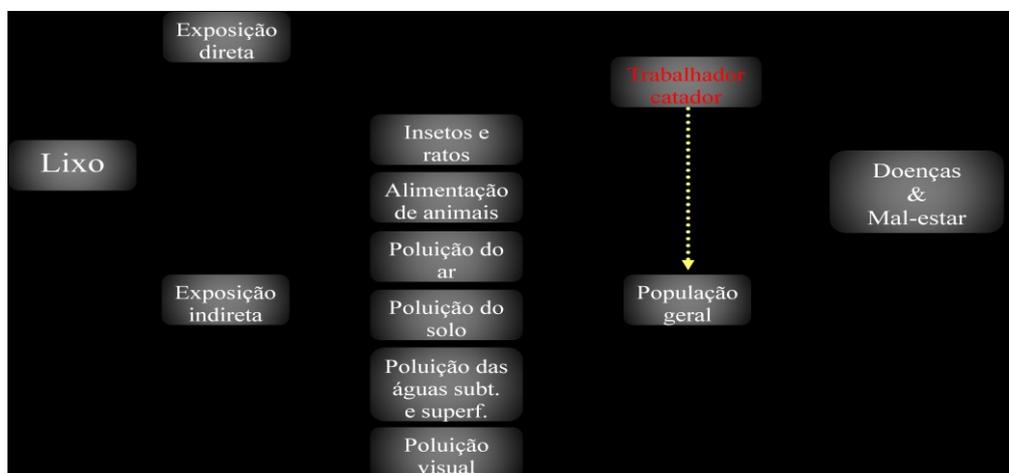
está relacionada com a concepção que a população tem sobre sua saúde e as condições do meio ambiente, bem como com a forma em que se dá a comunicação dos riscos, com a finalidade de despertar e/ou sensibilizar as comunidades envolvidas para a problemática de saúde ambiental, no que diz respeito aos riscos a que estão expostas.

2. JUSTIFICATIVA

Vários estudos, de acordo com Ferreira e Anjos (2001)³⁰, demonstram os efeitos adversos dos resíduos sólidos municipais no meio ambiente, na saúde coletiva e na saúde do indivíduo (Accurio et al., 1998; Anjos et al., 1995; Cantanhede, 1997; Diaz et al., 1997; Ferreira, 1997; Leite & Lopes, 2000; Maglio, 2000; Robazzi et al., 1992; Velloso, 1995; Zepeda, 1995), e apontam as deficiências nos sistemas de coleta e disposição final. Apesar desse reconhecimento, são escassos os estudos e pesquisas realizados no Brasil e na América Latina sobre o assunto. Isto se dá, em parte, pelo fato de existirem poucos centros de pesquisas que tratam das questões dos resíduos sólidos municipais e, na maioria das vezes, os trabalhos não incorporarem, a não ser em raras ocasiões, os componentes saúde e meio ambiente.

A exposição aos resíduos sólidos pode ser dar de forma direta ou indireta¹⁵, podendo ser o trabalhador catador de materiais recicláveis considerado um exposto permanente, visto que está exposto pelo trabalho de catação que realiza e, por morar, na maioria das vezes, muito próximo ao seu local de trabalho, o depósito de lixo, como acontece com a maioria dos catadores do Aterro Controlado de Jardim Gramacho. A este respeito, a figura abaixo evidencia que tanto a exposição direta, como é o caso dos trabalhadores catadores, como a indireta, para a população em geral, em função da contaminação do ambiente, podem culminar em doenças e mal-estar, pois o lixo pode conter agentes biológicos patogênicos ou resíduos químicos tóxicos.

FIGURA Nº1 - VIAS DE EXPOSIÇÃO AOS RESÍDUOS SÓLIDOS



No caso dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis, a exposição pode se dar através da inalação, do contato dérmico, contaminação via oral, além de acidentes¹⁵.

Alguns estudos realizados no Brasil com catadores de materiais recicláveis apontam como principais problemas de saúde neste grupo os distúrbios intestinais, parasitoses intestinais, hepatite, doenças de pele, doenças respiratórias e danos às articulações. A este respeito, Porto (2002)³¹, no Projeto - *"Saúde, Ambiente e Desenvolvimento: Degradação Ambiental e Efeitos sobre a Saúde decorrentes da Disposição de Resíduos na Baixada Fluminense"*, ao entrevistar os catadores de materiais recicláveis do Aterro Controlado de Jardim Gramacho, identificou, a partir de relatos dos mesmos, que as doenças mais comuns relacionadas ao seu trabalho eram: problemas respiratórios, de pele e de coluna, além de alergias, pneumonias, dores de cabeça e estômago, hanseníase, hepatite, leptospirose, pressão alta, desidratações, “problemas de nervo” e acidentes. Outrossim, Malmros et. al. (1992, apud. Sisinnio et. al., 2000¹⁵; Gonçalves, 2004³²) relatam, que trabalhadores de usinas de reciclagem podem respirar material particulado contendo microorganismos e endotoxinas se não usarem equipamentos adequados, além de sofrerem acidentes com materiais perfurocortantes, que facilitam a entrada de agentes infecciosos.

Todavia, a relação do trabalho do catador de materiais recicláveis com a incidência de doenças e mal-estar não é consenso no meio científico. Alguns autores como Eigenheer & Sertá (1992, apud. Portilho, 2006)³³ assinalam que não há evidências de que os catadores de materiais recicláveis sejam mais doentes do que outras pessoas da mesma classe social, evidenciando que os mesmos não contraem mais doenças por estarem em contato com o lixo do que outras pessoas que vivem em condições sociais semelhantes. *Fato este que não inviabiliza os estudos a respeito dos determinantes de saúde em trabalhadores catadores de materiais recicláveis em relação ao seu processo de trabalho* (Grifo nosso).

Da mesma forma, se considerarmos o conceito ampliado de exposição, entendido não como um atributo da pessoa, mas do conjunto de relações complexas existentes entre a sociedade e o ambiente. A sugestão de Breilh (1991, apud. Barcellos & Quitério, 2006)³⁴, de substituição da categoria exposição pelo estudo da imposição, dado que essas situações não seriam voluntárias e sim produzidas pela própria

organização da produção e reprodução social. E, ainda, o fato de que os problemas ambientais atuais se caracterizam por sua magnitude, complexidade e diversidade, diretamente relacionados a fatores de ordem política, social, econômica e de saúde, envolvendo direta ou indiretamente a comunidade, que nem sempre é comunicada ou consultada sobre questões que podem levar a um risco ambiental e de saúde²². Fica evidente a necessidade de se considerar a dimensão social do risco como fator determinante nas práticas de saúde pública e ambiental, através dos estudos de percepção, enquanto uma estratégia necessária de análise e gerenciamento de riscos ambientais. Principalmente, porque os estudos de percepção de riscos são considerados adequados para se compreender/entender quais respostas são dadas por grupos específicos, como os catadores do Aterro Controlado de Jardim Gramacho, frente aos riscos ambientais a que estão expostos ou são submetidos.

O estudo de percepção de risco ambiental com trabalhadores catadores do Aterro Controlado de Jardim Gramacho pode contribuir para preencher uma grande lacuna existente entre o setor produtivo e o regulador da poluição ambiental, nos aspectos relativos à comunicação de risco à população. No Brasil, o processo de avaliação, percepção e comunicação de risco começou, recentemente, a ter destaque em pesquisas na área ambiental; porém, em países desenvolvidos, o uso dessa estratégia pode ser identificado desde meados do século passado²². A comunicação de risco pode ser definida como:

o fluxo de informações sobre avaliações de risco, anteriores ou futuras, por pesquisadores, legisladores, grupos envolvidos e de interesse no tema, e pelo público em geral. Leiss (1995, apud. CARNEIRO et. al., 2004)²²

Com relação ao Brasil, de acordo com esses mesmos autores, oficialmente a comunicação de risco ocorre em situações de Audiência e de Consulta Públicas, conforme previsto nas resoluções Conama n. 001 de 23/1/86 e n. 009 de 03/12/87 (CONAMA, 1986; CONAMA, 1987), sendo pouco comum por outro meio²².

Sendo assim, os estudos de percepção de riscos e as iniciativas de comunicação de risco surgem como estratégias de aproximação entre o conhecimento produzido nas

análises de risco (toxicologia, engenharia, biologia etc.) e os saberes dos grupos populacionais envolvidos com os problemas em questão³⁵.

Enfim, acredita-se que a presente proposta de pesquisa, por meio dos resultados obtidos, possa vir a ser usada, também, na ampliação do processo de discussão dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis junto à sociedade civil e aos governantes, nas questões relacionadas ao papel do catador no cenário sócio-ambiental, através de discussões a serem realizadas com grupos de catadores durante a entrega dos resultados da pesquisa.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

Conhecer a percepção de riscos ambientais e as estratégias de enfrentamento dos problemas de saúde e ambiente dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis.

3.2. Objetivos Específicos

1. Analisar os processos de trabalho realizados pelos trabalhadores catadores dentro da catação de materiais recicláveis;

2. Identificar situações de vulnerabilidade social/ambiental e as formas através das quais estes trabalhadores respondem frente aos riscos ambientais e de saúde vivenciados dentro do processo da catação de materiais recicláveis.

4. METODOLOGIA

4.1. Área de Estudo

A pesquisa de campo foi realizada em uma área de destinação final de resíduos sólidos no Município de Duque de Caxias/RJ, o Aterro Controlado de Jardim Gramacho (ACJG), envolvendo duas instituições de trabalhadores catadores de materiais recicláveis, a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Jardim Gramacho (COOPERGRAMACHO) e a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Jardim Gramacho (ACAMJG), distintas entre si, quanto ao seu processo produtivo, mas profundamente parecidas quanto à estrutura étnica e à organização social.

4.1.1. Duque de Caxias

O Município de Duque de Caxias ocupa, segundo a prefeitura, uma área de 442km², o equivalente a cerca de 6,8% da área da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e, aproximadamente, a 35% da área da Baixada Fluminense. Tem uma população estimada em 864.392 habitantes³⁶. Com 809 indústrias, Duque de Caxias possui um parque industrial significativo, abrigando além da 2ª Refinaria do país, a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), na área química e petroquímica, outros segmentos industriais como: Metalúrgico / Gás; Mobiliário; Têxtil / Vestuário e Plástico⁶, além de 10.000 estabelecimentos comerciais. Em 2005, Duque de Caxias registrou, o 15º maior PIB no *ranking* nacional e o segundo maior do estado do Rio de Janeiro, PIB esse equivalente a 18,3 bilhões de reais³⁷. A cidade possui, ainda, a segunda maior arrecadação de ICMS do Estado, perdendo somente para a capital³⁷, e, ainda assim, apresenta um IDH médio (0,753)³⁸. De acordo com o IBGE (2000, apud. COEP,2005)⁶, encontra-se a uma distância de 20Km da Capital do Estado do Rio de Janeiro e seus principais acessos rodoviários são a Av. Presidente Kennedy (RJ 101), a Rodovia Washington Luís (BR 040) e Rodovia Rio-Teresópolis (BR 116). Administrativamente, está dividido em quatro Distritos: 1º Distrito - Duque de Caxias; 2º Distrito - Campos Elíseos; 3º Distrito – Imbariê; e 4º Distrito – Xerém. O 1º Distrito, Duque de Caxias, foco de interesse deste trabalho, possui aproximadamente 41km², está ao sul do território municipal e é constituído pelos seguintes bairros: Parque Duque; 25 de Agosto; Vila São Luiz; Doutor Laureano; **Gramacho**; Parque Sarapuí; Olavo Bilac; Centenário; Periquitos; Bar dos Cavalheiros; e Centro. (COEP, 2005)⁶

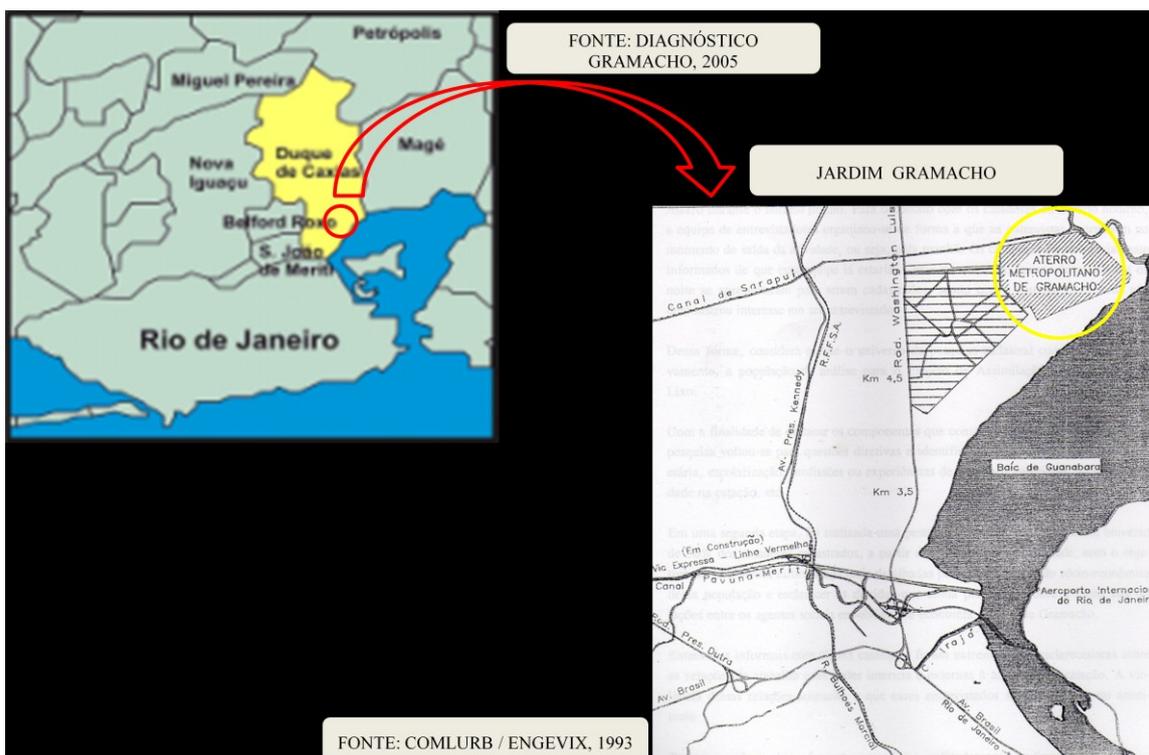
FIGURA Nº2 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS



4.1.2. Bairro Jardim Gramacho

Criado em 1945, o Bairro de Jardim Gramacho está dentro do Município de Duque de Caxias, mais precisamente no 1º Distrito de Duque de Caxias. Dados da pesquisa realizada pelo COEP⁶, apontam que Jardim Gramacho possui grandes bolsões de miséria, demandando de infra-estrutura urbana adequada. Boa parte do bairro constitui-se de ocupações recentes e não fazem parte do mapeamento urbano oficial da Prefeitura. Ocupações mais antigas como a COHAB (conjunto habitacional – 1ª área loteada de Jardim Gramacho), o Morro do Cruzeiro, o Triângulo e o Morro da Placa possuem infra-estrutura urbana (saneamento, pavimentação das ruas, água e energia elétrica oficiais). As localidades que possuem ocupação recente são áreas mais pobres, em geral sem saneamento básico, água e algumas ainda sem luz. Incluem-se aqui a Chatuba, a Favela do Esqueleto, o Beco do Saci, a Cidade de Deus, a Avenida Rui Barbosa, o Parque Planetário, a comunidade da Paz / Maruim, entre outras. Ocupações estas oriundas de loteamentos desordenados realizados pela Associação de Moradores e por vereadores locais. Na comunidade da Paz / Maruim verifica-se ausência completa de infra-estrutura, além de parte de suas casas estarem construídas sobre o mangue COEP (2005)⁶.

FIGURA Nº3 – LOCALIZAÇÃO DO ATERRO METROPOLITANO DE JARDIM GRAMACHO



4.1.3. Aterro Controlado de Jardim Gramacho (ACJG)

O aterro metropolitano de Jardim Gramacho foi instalado em Jardim Gramacho, no Município de Duque de Caxias, a partir de um convênio, em 1976, entre a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana (Fundrem), a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) e a Prefeitura Municipal de Nilópolis. Somente mais tarde, foram incluídos no convênio os municípios de São João de Meriti e Nova Iguaçu. Caxias, apesar de comportar as instalações do aterro, não fez parte desse convênio³⁹.

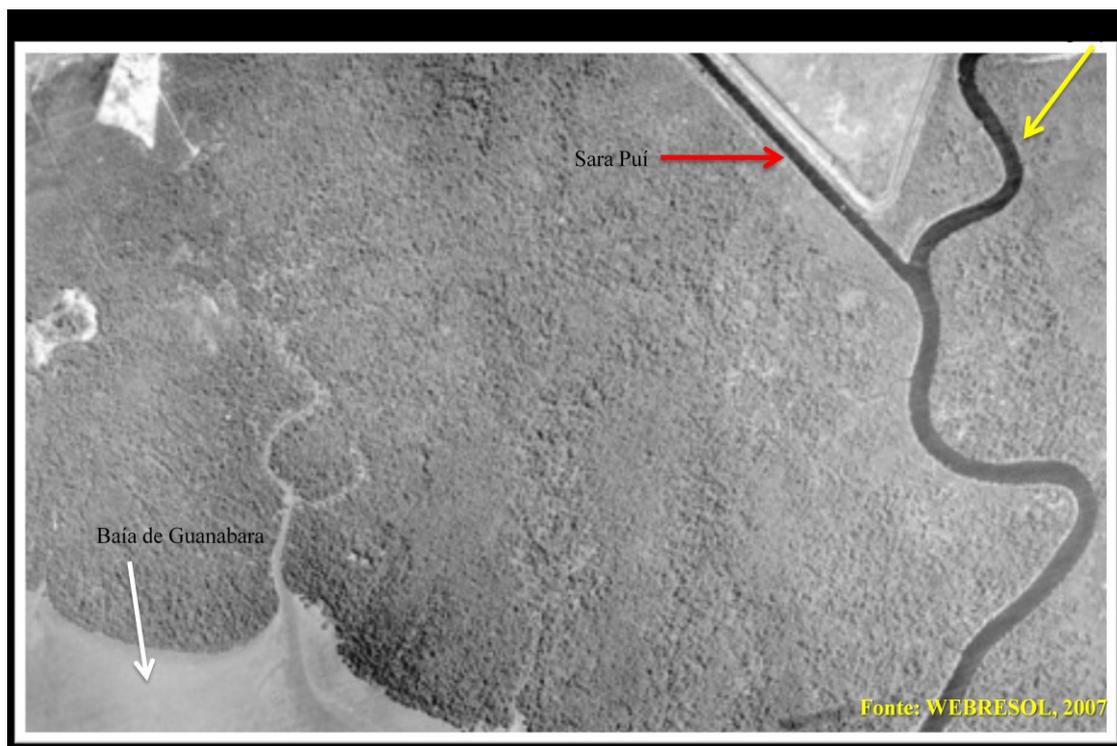
Desde a sua criação até os dias atuais, o ACJG pode ser contextualizado em três momentos distintos para que se propicie o entendimento adequado a cerca das transformações ocorridas naquela área específica; *o antes, o durante e o depois*. Antes da implantação do ACJG, o que se tinha era uma área de manguezal às margens da Baía de Guanabara, banhada pelos Rios Sarapuí e Iguaçu, rica em Flora e Fauna como mostra a fotografia aérea. (Fotografia nº1). Bem como a fala de três dos catadores da COOPERGRAMACHO entrevistados:

Quando mudei para o Jardim Gramacho, isso aqui ainda era um mangue, um mangue que nessa área aqui dava-se até para tomar banho. A água era super clara, meu pai trazia a gente pra tomar banho. (catadora, 46 anos)

Isso tudo aqui era era tudo muito bunito sabe, tinham lebres cinza, flamingos ééé, muitas garças, a água era tão clarinha. (catadora, 60 anos)

Quando eu vim morar aqui, eu arrumei esse lugar aqui, eu tava com sete anos de idade. Ai vim morar, aqui era um lugar muito bonito! Hoje não é bonito, mas era muito bonito! (...) É do verde que era muito bonito mesmo! Aí quando... no decorrer dos anos né, o lixo veio pra cá. (catadora, 44 anos)

FOTOGRAFIA Nº1 – MANGUESAL ANTES DA CRIAÇÃO DO ATERRO METROPOLITANO DE JARDIM GRAMACHO



Durante as atividades do aterro denominado “Depósito de Lixo Metropolitano de Jardim Gramacho”, ou “Lixão de Gramacho” como ficou conhecido pela população local, o cenário anterior foi radicalmente modificado por fenômenos antropogênicos. Na

década de 1992, o que se via era um ambiente degradado, liberando gás metano no ar e xorume diretamente na Baía de Guanabara.

FOTOGRAFIA Nº2 – DEGRADAÇÃO AMBIENTAL DO ATERRO METROPOLITANO DE JARDIM GRAMACHO



O *depois*, pode ser caracterizado pela ação paliativa da COMLURB (Companhia Municipal de Limpeza Urbana) da Cidade do Rio de Janeiro, ao transformar o “Lixão de Gramacho” em um Aterro Controlado, objetivando minimizar os danos provenientes do passivo ambiental que se tornou o Depósito de Lixo Metropolitano de Jardim Gramacho.

Em 2005, o então Aterro Controlado de Jardim Gramacho, segundo dados da COMLURB (2007)¹⁹ já ocupava uma área de 1,3 milhões de metros quadrados e uma altura de 45m acima do nível do mar. A emissão de gás metano passou a ser evitada principalmente pela queima desse gás através de queimadores artesanais, e, o xorume, passou a ser canalizado através de valas que circundam o aterro, sendo levado para um reservatório aberto, uma espécie de “lago”, onde sofre aspersão para liberar parte da

amônia que possui. Deste “lago”, o xorume é bombeado para uma pequena estação de tratamento para receber tratamento químico e passar por uma nano filtragem. Em seguida, com um aspecto mais claro e inodoro, parte do xorume produzido pelo aterro é devolvido ao ambiente, através do rio Sara Puí. Como a COMLURB não consegue processar todo o xorume produzido, parte do mesmo é utilizada para diminuir a poeira no espaço físico do aterro, por meio de carros-pipa.

FOTOGRAFIA Nº3 – ATERRO CONTROLADO DE JARDIM GRAMACHO APÓS SUA RECUPERAÇÃO



4.2. Pressupostos Teórico-Metodológicos

Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico¹⁸, cerca de 24 mil trabalhadores catadores retiram de lixões o seu sustento e o de seus familiares. Além da população de catadores em lixões, a mesma pesquisa aponta a existência de mais de 800 mil trabalhadores catadores nas ruas de todo o País, estimativa confirmada por Davi Amorim, coordenador de comunicação do MNCR⁴⁰. Dados de Ribeiro e Pacheco³⁹, apontam a existência de 45 mil pessoas morando em Jardim Gramacho, destes, cerca de 1/3, vivem de atividades ligadas à reciclagem.

Tais números nos remetem a uma realidade existente em nosso País, caracterizada por Acselrad et. al. (2004)⁴¹ como extremamente injusta em termos de

distribuição de renda e acesso aos recursos naturais, graças ao egoísmo e a insensibilidade de nossas elites governantes voltadas apenas para os seus interesses e ganhos imediatos, mesmo que para isso precisem lançar mão da ilegalidade e da violência. Realidade esta, que segundo o mesmo autor, tem suas implicações sentidas também no campo ambiental:

(...) o desprezo pelo espaço comum e pelo meio ambiente se confunde com o desprezo pelas pessoas e comunidades. Os vazamentos e acidentes na indústria petrolífera e química, a morte de rios, lagos e baías, as doenças e mortes causadas pelo uso de agrotóxicos e outros poluentes, as expulsões das comunidades tradicionais pela destruição dos seus locais de vida e trabalho, tudo isso e muito mais, configura uma situação constante de injustiça socioambiental no Brasil (...)

O conceito de ‘injustiça ambiental’ cunhado no Brasil, pela RBJA (apud. Porto, 2007⁴²), é definido como:

O mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis.

Nesta perspectiva, é possível contextualizarmos o ACJG como um passivo socioambiental proveniente de um quadro de ‘injustiça socioambiental’, uma vez que se evidencia claramente uma maior exposição da população (catadores e não catadores) daquela área aos resíduos sólidos e aos custos ambientais do desenvolvimento, em relação, por exemplo, à população da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, cidade esta distante 20km do aterro.

O ACJG pode ser entendido, ainda, a partir da denominação de ‘contextos vulneráveis’, sugerida por Porto (2007)⁴², onde,

os riscos dos sistemas sócio-técnico-ambientais são agravados em decorrência de vulnerabilidades sociais que permitem a (re)produção social de populações, setores produtivos e territórios vulneráveis aos riscos, ao mesmo tempo que os processos decisórios e as instituições responsáveis pela sua regulação e controle não atuam de forma efetiva, pelo menos para certos grupos e territórios.

Jardim Gramacho é a expressão clara do que vem ocorrendo em milhares de bairros, comunidades e cidades brasileiras: uma enorme desigualdade social, associada à desigualdade ambiental, colocando a questão dos riscos ambientais no debate sobre as condições de existência da população e a construção de direitos no País (ACSELRAD apud COEP, 2005)⁶.

Para o COEP⁶ (Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida), a situação dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis de Jardim Gramacho evidencia uma crise social de desemprego e de injustiças (social e ambiental). Embora, paradoxalmente, esta população venha dando uma grande contribuição para o circuito da reciclagem de materiais, para a limpeza e saúde pública e, ainda, para a proteção dos recursos naturais, tendo em vista que retiram do ambiente várias toneladas de materiais. Sendo assim, tal temática precisa fazer parte das preocupações da Academia, bem como da agenda do poder público, dada a urgência e a relevância da questão para a Saúde Pública e Ambiental.

Dentro deste contexto, os pressupostos abaixo servem de orientação para a realização do presente trabalho:

- Os riscos ambientais a que estão expostos os trabalhadores catadores possuem estreita relação com contextos sociais vulneráveis, caracterizando um quadro de injustiça ambiental e social que envolve as populações mais pobres localizadas nas chamadas Zonas de Sacrifício;
- As percepções de riscos ambientais podem ser ampliadas em função do grau de informação apropriado pelos sujeitos e pelo aprendizado construído coletivamente dentro de uma prática emancipadora, contribuindo para mudanças

nos mecanismos de defesa ou estratégias de enfrentamento dos problemas de saúde e ambiente;

- Os mecanismos de defesa ou estratégias de enfrentamento dos problemas de saúde e ambiente utilizados por estes trabalhadores envolvem escolhas individuais e coletivas.

4.3. Delimitação do Trabalho de Campo

4.3.1. Fase exploratória de campo

Segundo Minayo⁴³, a “Fase Exploratória de Campo” compreende o diagnóstico inicial da situação local, baseado em observação participante e entrevistas abertas com informantes-chave, levantamento e análise documental, entre outros aspectos, com o intuito de se apreender as características do ambiente, a diversidade populacional, as relações sociais, os processos de trabalho e as relações de poder em nível local. Esta fase, de acordo com a mesma autora, é tão importante que ela em si pode ser considerada uma “Pesquisa Exploratória”.

A entrada no campo se deu através do programa de visitação coordenado pela Sra. Ana Cristina Damasceno, do setor de relações públicas da COMLURB, em meados de 2007. Programa este, destinado a permitir aos empregados da COMLURB conhecer o caminho percorrido pelo lixo até sua destinação final. Neste mesmo período, a “Queiroz Galvão”, empresa que administrava o ACJG na época, restringia o acesso ao aterro a técnicos da esfera pública e da COMLURB, pois passava por uma situação tensa em virtude das especulações da mídia televisiva sobre a presença de catadores no aterro e a existência de fendas geológicas no mesmo, que poderiam culminar em um desastre ambiental sem precedentes. Por meio de transporte fornecido pela própria empresa, deixamos a sede da empresa (localizada na Tijuca), com destino ao ACJG. Ao chegarmos ao aterro (eu e mais oito pessoas, todos empregados), nossa primeira atividade consistiu em assistir a uma palestra sobre as características gerais do aterro com, ministrada pelo gerente adjunto do aterro, Sr. Ubirajara, ao qual fui, posteriormente, apresentado pela Sra. Ana Cristina. Ao longo da visita, tive a oportunidade de falar sobre o projeto com o Sr. Ubirajara, que salientou a necessidade de buscar autorização junto a Diretoria Industrial (DIN) da COMLURB, para a realização do mesmo. Ao término da visita, que culminou com uma caminhada pela

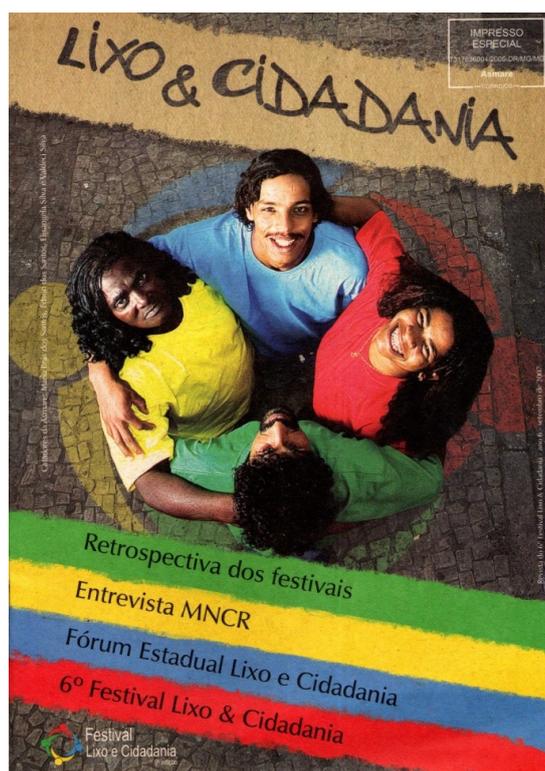
área de manguezal em processo de recuperação (resultado do trabalho do biólogo Mário Moscatelli), fui apresentado pelo Sr. Ubirajara à pessoa que, segundo ele, poderia ajudar-me com o projeto, à Sra. Valéria Bastos (Assistente Social do aterro), a qual recebeu muito bem a idéia da pesquisa e confirmou a necessidade de autorização junto a COMLURB, antes de qualquer outra coisa. (DIÁRIO DE BORDO, junho de 2007)

Após a apresentação do projeto, previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/ENSP/FIOCRUZ), nos “Seminários Avançados I” (disciplina regular do curso de mestrado), enviei-o, à COMLURB com o intuito de receber autorização para iniciar a ‘pesquisa exploratória’ de campo. Não obstante, três semanas depois, para minha surpresa, a esperada permissão para entrar no ACJG como pesquisador foi-me negada pela Diretoria Industrial (DIN) da COMLURB. Ao questionar os motivos pelos quais a permissão não foi dada, obtive do coordenador de projetos daquela diretoria, por telefone, a seguinte justificativa: “Embora seu projeto seja relevante, ele não interessa à Empresa, pois as questões relacionadas aos catadores são de responsabilidade da assistente social contratada para este fim, pelo consórcio que administra o aterro”. Naquele momento fui tomado por um sentimento de desespero e desânimo, pois corria o risco de ter de mudar todo o meu projeto. Solicitei a minha gerência e a minha diretoria que intervissem a favor da realização da pesquisa e não obtive sucesso. Reportei-me, então, à assistente social Sra.Valéria Bastos, com a qual já havíamos tido uma reunião para apresentar o projeto, eu e o Prof^o Frederico Peres, e, a mesma, devido às conquistas realizadas ao longo dos anos que está em Gramacho, bem como devido ao interesse em conhecer a percepção dos riscos ambientais pelos catadores do ACJG, conseguiu a liberação do projeto junto à COMLURB. (DIÁRIO DE BORDO, agosto de 2007)

Passada a fase conturbada da entrada no campo, deu-se início à primeira etapa da pesquisa de campo, a pesquisa exploratória (Minayo⁴³), que contemplou o diagnóstico da situação local, através da observação participante de características do ambiente, diversidade populacional, relações sociais, processos de trabalho e relações de poder em nível local, bem como o levantamento e análise de documental, entre outros. Ainda nesta etapa, foram realizadas seis entrevistas abertas com informantes-chave (lideranças do cenário da catação em Gramacho), com o objetivo de subsidiar a definição de possíveis categorias analíticas e informantes-chave a serem incluídos na etapa principal de levantamento de dados (as entrevistas propriamente ditas). Além da definição do próprio instrumento e da readequação do roteiro de entrevistas.

Ainda durante a fase exploratória de campo, recebi um convite da assistente social do aterro, Sra. Valéria Bastos, para participar, em setembro de 2007, do *VI Festival Lixo e Cidadania* (Figura nº4), organizado pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), em Belo Horizonte, juntamente com 42 trabalhadores catadores, sendo 9 da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Jardim Gramacho (ACAMJG), 13 da cooperativa (COOPERGRAMACHO), 12 do Aterro Controlado de Gericinó (CTR-Bangu) e 8 do Lixão do Morro do Céu de Niterói. No momento do convite, tive a convicção de que minha participação naquele evento seria de suma importância para a realização da minha pesquisa, pois permitiria uma maior aproximação com os catadores, bem como propiciaria conhecer suas histórias, angústias, necessidades e reivindicações. Além de poder apropriar-me de parte do conhecimento produzido por pessoas ilustres como o professor Boaventura Santos, dentre outras, convidadas a participar do evento. A minha participação no *VI Festival Lixo e Cidadania* só foi possível: graças ao entendimento dos meus orientadores de que seria relevante para o bom andamento da pesquisa e uma excelente oportunidade para mergulhar mais fundo no universo da catação, à liberação de minhas atividades profissionais durante o evento pela COMLURB e ao financiamento das passagens de ida e volta pela Coordenação do curso de Saúde Pública e Meio Ambiente. (DIÁRIO DE BORDO, setembro de 2007)

FIGURA Nº4 - 6º FESTIVAL LIXO & CIDADANIA



Ao chegar em Belo Horizonte, no local combinado para encontrar-me com os catadores do ACJG, a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE), surpreendi-me sobremaneira com a barulhenta presença de cerca de 1500 a 2000 catadores de vários estados brasileiros agitando bandeiras, faixas e gritando palavras de ordem como: **“coleta seletiva sem catador é lixo”, “nosso trabalho tem valor” e “não, não, não à privatização”**. Tratava-se de uma manifestação pacífica contra a privatização da coleta seletiva de materiais recicláveis e em prol dos catadores, por direito, serem contemplados pelas três esferas de Governo nos processos de reciclagem do lixo das cidades, em andamento, tendo como pano de fundo o Decreto Presidencial Nº 5940 de 25 de outubro de 2006, que *“Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis”*⁴⁴ (DIÁRIO DE BORDO, setembro de 2007)

A manifestação, realizada por meio de uma passeata pacífica, estava prevista pelos organizadores do evento para marcar o início das atividades do Festival. Sob um sol de mais ou menos 30°C, e, sem ter onde deixar a minha mala, participei de toda a manifestação, arrastando-a pelo caminho e parando a todo momento para tomar nota, no meu “diário de bordo”, de tudo o que julgava importante. Confesso que não foi uma experiência lá muito confortável, pois a marcha durou das 09:00h às 13:00h (Figura 7), quando finalmente chegamos ao palácio Tiradentes para uma audiência pública. Ao fim da audiência, despedi-me de todos, pois iria para um hotel. Foi quando recebi um convite do presidente da ACAMJG para ficar com eles na pousada, onde ficariam os catadores de todo o País, uma espécie de recompensa ou reconhecimento do esforço feito durante a passeata, convite este endossado por outros catadores que diziam não ter cabimento eu ir para um hotel, pois **“estávamos juntos e misturados”** (expressão muito utilizada pelos catadores que parece ratificar a sua união). Penso que a partir desse momento fora aceito pelo grupo, tanto que até recebi um carinhoso apelido, fiquei conhecido como o “homem da mala”. Todos brincavam comigo ao me verem passar, lembrando a minha peleja durante a passeata. (DIÁRIO DE BORDO, setembro de 2007)

FOTOGRAFIA Nº4 – PASSEATA ORGANIZADA PELO MNCR EM BELO HORIZONTE



Fonte: Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR, 2008)

Durante a minha permanência junto aos catadores, no Festival (Figura: 8), ouvi várias críticas à academia. Críticas essas que diziam respeito aos trabalhos maravilhosos que se produziam sobre os catadores e que em nada mudavam suas vidas, isto é, atingiam muito mais um plano teórico que o das práticas propriamente ditas. Ao entrevistar o Sr. Sebastião, presidente da ACAMJG, ex-integrante da COOPERGRAMACHO, por exemplo, o mesmo me confessou que embora o trabalho da academia seja muito importante, é preciso que seja mais objetivo e que ajude com mudanças efetivas a melhorar a condição do trabalhador catador de materiais recicláveis, assim como outros grupos sociais que necessitam de apoio técnico/científico: *“já estamos cansados de ser entrevistados, ser alvo de pesquisas e no final o que nos resta é uma tese bem grossa e bonita, que para ler precisa de um dicionário do lado. Eu não consigo ler, desisto logo no início”*. (Presidente da ACAMJG). Esta declaração mexeu profundamente comigo e me “bateu” como um aviso: não venha a ser como muitos outros que chegam aqui, nos exploram cientificamente, depois vão embora fazer suas dissertações, escrever seus artigos e livros, dar suas aulas e ganhar bolsas e salários bem pagos! Não agüentamos mais isso! Nós catadores sabemos do potencial de vocês. (DIÁRIO DE BORDO, setembro de 2007)

FOTOGRAFIA Nº5 – 6º FESTIVAL LIXO E CIDADANIA EM BELO HORIZONTE



Foto: Marcelo Cardozo, 2007

Diante das demandas de ordem social-político-econômicas, facilmente identificadas nesse grupo de trabalhadores, é natural e compreensível que os catadores estejam ávidos por soluções práticas e de curto prazo. Contudo, o presente projeto, embora não tenha a pretensão de atender a tais demandas, pelo menos diretamente, pois não cabe essa tarefa ao pesquisador, busca gerar conhecimento a respeito de como os trabalhadores catadores de Jardim Gramacho percebem o risco ambiental a que estão expostos e de que estratégias lançam mão para continuarem sua prática, o que pode, a partir da compreensão deste tema, contribuir para influenciar processos decisórios na elaboração de projetos de melhoria das condições de vida, saúde, trabalho e ambiente de classes vulneráveis expostas a solos contaminados, como os próprios catadores do ACJG, que lutam diariamente para não sucumbirem.

4.3.2. Definição das categorias analíticas e empíricas

Findada a etapa da pesquisa exploratória foi possível definir as categorias analíticas que seriam adotadas, posteriormente, no processo de coleta de dados. Tais categorias basearam-se nas inquietações, impressões, medos e anseios manifestados pelos informantes-chave durante a realização das entrevistas abertas naquela fase da pesquisa, e, permitiram um aprofundamento/detalhamento das questões relacionadas à

investigação que se fazia presente. Assim, foram definidas as seguintes categorias analíticas:

- O processo produtivo e a sua relação com a saúde e o ambiente;
- As principais mudanças ocorridas no ambiente de trabalho nos últimos anos;
- A identificação dos perigos no trabalho;
- A percepção dos riscos ambientais e as estratégias de enfrentamento dos problemas de saúde e ambiente usadas; e
- Perspectivas de futuro e os sentimentos relacionados à prática da catação.

4.3.3. Definição do instrumento de coleta de dados

A partir da definição das categorias analíticas foi possível desenhar nossa estratégia de ação para a coleta de dados em campo, através da realização de entrevistas individuais semi-estruturadas, tendo como premissa a afirmação de Minayo⁴³, de que a entrevista é a técnica mais usada no processo de trabalho de campo, ao lado da observação participante. Bem como, a possibilidade de obter dados mais aprofundados, em relação aos questionários fechados, sem perder o foco do trabalho, possibilidade existente se a opção fosse a entrevista aberta. Dentre as principais características, entendidas por nós como vantagens, que nos fizeram optar pelo uso das entrevistas semi-estruturadas, podemos destacar: a capacidade de expressão subjetiva do entrevistado; o aprofundamento do problema estudado; e a inclusão de novas questões de acordo com a condução da entrevista.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas a partir de um roteiro com informantes-chave selecionados entre os trabalhadores catadores. As entrevistas se deram em ambiente reservado e individualmente, onde foram também gravadas em fita cassete e posteriormente transcritas na íntegra pelo entrevistador, e, complementadas com a observação participante através de registros feitos no “diário de bordo”. O roteiro básico do presente estudo contemplou 39 questões. (ANEXO 1)

Antes da realização da entrevista propriamente dita, os informantes foram convidados a participar da pesquisa, orientados quanto aos objetivos da mesma, o não pagamento ou qualquer tipo de compensação em troca das informações prestadas. Os concordantes em participar assinaram um termo de consentimento livre esclarecido (ANEXO 2). Toda a pesquisa seguiu, ainda, as normas constantes da Resolução nº 196,

do Conselho Nacional de Saúde, de outubro de 1996, além de garantir aos participantes que não haveria riscos e que a qualquer momento poderiam desistir de participar, sendo seus registros desconsiderados imediatamente. A confidencialidade das informações foi garantida a todos os participantes e a entrada no campo como pesquisador só se deu a partir da aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

4.3.4. Definição dos informantes-chave

Os informantes-chave foram selecionados entre os trabalhadores a partir da adoção de critérios como: o tempo de trabalho e/ou residência em Jardim Gramacho (+ de 20 anos, de 10 a 20 anos e menos de 10 anos); ser trabalhador cooperativado da Cooperativa (COOPERGRAMACHO); ser trabalhador associado da Associação (ACAMJG). O número de catadores que se encontravam dentro destes critérios foi de aproximadamente 100 catadores. A amostra de trabalhadores foi definida a partir da adoção do critério da exaustão, ou seja, considerou-se a recorrência na fala dos informantes-chave como sinal para a determinação da amostra (29 trabalhadores). Destes, 13 eram da ACAMJG e 16 da COOPERGRAMACHO, num total de 14 homens e 15 mulheres com uma média de idade de 40 anos, média de tempo de serviço de 15 anos. Em média, esses informantes tinham o ensino fundamental incompleto como escolaridade.

4.3.5. Análise dos dados de campo

Utilizou-se para a análise das entrevistas transcritas o método da análise do conteúdo. Minayo⁴³, fazendo menção a Bardin define a análise do conteúdo como sendo:

“Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas mensagens.”

Esta mesma técnica de pesquisa, sob o olhar de Berelson (apud Minayo, 2004)⁴³, é definida a partir de seu direcionamento à descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, com o objetivo de interpretá-los.

Os dados coletados foram tratados através do método de análise do conteúdo, levando-se em consideração os pressupostos metodológicos do estudo. Seguiram-se os procedimentos preconizados por Osgood (Apud Minayo, 2004)⁴³, ou seja, a escolha da unidade de registro e do contexto do fragmento, cálculo da co-ocorrência, além da representação e interpretação dos resultados. O procedimento relacionado com a análise da co-ocorrência teve, como objetivo, a categorização do risco enquanto representação coletiva, e, também, a possibilidade de pré-análise da ocorrência de estereótipos e representações sociais, em relação ao risco em sua atividade.

Tendo como base os pressupostos metodológicos do presente estudo, iniciou-se a fase de análise temática do material, referente as 29 entrevistas realizadas com trabalhadores(as) catadores(as), no período de coleta de dados no campo. Esta etapa está representada por três fases distintas.

A primeira, denominada de pré-análise, consistiu na seleção e escolha do material pertinente com os objetivos do estudo, e a realização da leitura flutuante, favorecendo, assim, uma compreensão aprofundada dele. A organização deste material, sob os critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência, permitiu a transformação de dados brutos em categorias empíricas, a saber: Percepção de terceiros; Auto-percepção acerca da atividade laboral; Motivos relacionados à escolha desta atividade laboral; Percepção acerca das habilidades que julga possuir; Descrição do processo de trabalho; Relacionamento no ambiente de trabalho com colegas; Percepção de risco à saúde; Percepção de risco ambiental; Estratégias de enfrentamento; Perspectiva acerca do futuro; Utilização de droga no ambiente laboral; Percepção sobre as outras atividades; Atividades de lazer, família, amigos e a profissão. Estas categorias, elencadas inicialmente, foram reduzidas para seis, visando uma melhor adequação ao objetivo do estudo. Foram seis as selecionadas a partir deste critério: Processo de trabalho no ACJG; Percepção de riscos ambientais; Percepção de risco à saúde; Perspectivas dos trabalhadores catadores em relação ao seu trabalho; Auto-percepção acerca da atividade laborativa e Auto-percepção acerca da atividade laboral.

5. RESULTADOS

Tendo como pano de fundo os resultados obtidos por meio da Análise do Discurso, utilizada neste trabalho, pudemos verificar evidências de que a catação de materiais recicláveis realizada no Aterro Controlado de Jardim Gramacho (ACJG) pode ser caracterizada como uma atividade perigosa e insalubre, tanto na ACAMJG quanto na COOPERGRAMACHO. E, que, apesar disso, esta atividade laborativa, constitui-se na única forma de sobrevivência da grande maioria dos(as) trabalhadores(as) catadores(as).

A maioria dos(as) trabalhadores(as) catadores(as) da ACAMJG e da COOPERGRAMACHO percebem mais os riscos à saúde que os ambientais e se utilizam de estratégias de enfrentamento para tornar suas atividades laborais possíveis.

5.1. Os(as) Catadores(as) do Aterro Controlado de Jardim Gramacho.

Antes de caracterizarmos o trabalhador catador de Jardim Gramacho, é de suma importância que se faça um resgate, ainda que breve, da história do MNCR, dada a sua importância no cenário da catação nacional. O MNCR tem direcionado e coordenado diversas ações em vários estados, em prol do desenvolvimento de direitos e do reconhecimento da figura do catador como peça fundamental no final da cadeia produtiva de materiais _ a reciclagem _ face ao intenso processo de privatização que vem se estendendo por diversos municípios brasileiros.

De acordo com dados históricos do próprio MNCR⁴⁵, a idealização do movimento se deu em meados da década de 1990 com a realização do 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, a partir da organização e fortalecimento dos catadores(as) que orquestravam uma luta por direitos em diversas regiões do Brasil. Sua fundação ocorreu em junho de 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília, evento que contou com a presença de aproximadamente 1.700 catadores(as) de todo País. Nesta ocasião, foi lançada no congresso a ‘Carta de Brasília’, onde foram expressas as principais necessidades dos trabalhadores que sobrevivem da coleta de materiais recicláveis.

O MNCR⁴⁶ pode ser definido como um movimento social que agrega além dos catadores de materiais recicláveis, os moradores de rua. E, tem como objetivo garantir o

protagonismo popular dos trabalhadores catadores, a autogestão e o controle da cadeia produtiva de reciclagem, de modo que os catadores não precisem de porta-vozes (partidos políticos, governos e empresários), permitindo que eles mesmos sejam escritores de sua própria história.

Em 2003, ano de realização do I Congresso Latino-Americano de Catadores, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) assumiu na 'Carta de Caxias' o compromisso de lutar em todo o País pela organização e pelo reconhecimento da categoria⁴⁷.

Ao longo de mais ou menos sete anos de sua existência, o MNCR mostrou e ratificou o poder de suas ações, envolvendo os catadores de todo o País num processo de luta concreta que exigiu das três esferas de governo, direitos que até então lhes eram negados ou que a maioria dos catadores(as) nem imaginava que possuía, como, por exemplo, a necessidade de direitos básicos. Outrossim, atraiu a atenção da sociedade para “A Mão Que Obra no Lixo”⁴⁸, isto é, para os sujeitos que, até então, viviam no anonimato e na invisibilidade. O não reconhecimento desses trabalhadores impedia, por exemplo, que os mesmos possam gozar de direitos trabalhistas como qualquer outro trabalhador. E, é a partir da organização dos catadores que podemos perceber uma mudança neste cenário, testemunhamos o surgimento de uma “nova” categoria de trabalho e trabalhadores, cuja existência remonta há mais de cinco décadas.

Dentre os diversos trabalhos e eventos realizados pelo MNCR, podemos destacar os ‘Festivais Lixo & Cidadania’, pela sua magnitude e abrangência. Pois, oportuniza o encontro e a comunicação de diferentes setores: poder público, empresarial, terceiro setor, universidades e sociedade civil, e, principalmente, catadores de materiais recicláveis e moradores de rua⁴⁷.

O primeiro ‘Festival Lixo & Cidadania’ foi realizado em 2002, quando um grupo de catadores da ASMARE juntamente com uma equipe técnica discutiam a importância e a necessidade estratégica de se criar um evento que reunisse não só a categoria, mas também a sociedade⁴⁷. Pois, entendeu-se, naquele momento, que todos (catadores e sociedade) faziam parte da busca por novos caminhos dentro de uma perspectiva de sustentabilidade.

Em cinco anos, o Festival Lixo & Cidadania reuniu mais de 60 mil pessoas e tornou-se um dos maiores festivais do Brasil⁴⁷.

Segundo membros da Comissão Nacional do Movimento, dentre as principais conquistas do MNCR, podem ser destacadas:

a própria fundação do Movimento, a visibilidade que os catadores conseguiram por meio da realização de eventos, como o Festival Lixo & Cidadania, o êxito de algumas cooperativas e associações na cadeia produtiva(...), a descrição na CBO do trabalho dos catadores após a orientação de representantes de cooperativas nos órgãos técnicos do Estado e leis propostas ao Estado que garantem que a coleta seletiva seja feita nos órgãos públicos federais⁴⁷.

Os catadores do ACJG, tanto da Coopergramacho quanto da ACAMJG, estão associados ao MNCR e participam de suas atividades desde que o Movimento foi criado. De acordo com a fala dos catadores de Jardim Gramacho, o MNCR trouxe para os catadores, além da visibilidade que eles não tinham, respeito, valorização e a tão necessária união entre os catadores para a conquista de direitos. (DIÁRIO DE BORDO, 20 de setembro de 2007)

Eu fui, a primeira vez que participei do Festival, foi do terceiro, muita gente já tinha ido, mas eu nunca tinha (...). Lá, eu percebi que nós temo valô, que nós contribuimo pro meio ambiente. (catadora, 49 anos)

O MNCR é importante porque representa o catadô, valoriza nossa luta e trás beneficius (...) (catador, 31 anos)

Depois que começamos a participá dos festival, ficamos mais atento e mais unido com os catadores de vários estados. Já viajei pra vários estados e trocamos muita experiência, a participação de todos os catadores é é é, assim, muito importante pra que a sociedade reconheça nosso trabalho. (catador, 29 anos)

A catação de material reciclável é uma atividade reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) através da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), desde 2002, sob o código 5192-05. São considerados catadores de material reciclável o Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa), Separador de sucata (cooperativa) e Triador de sucata (cooperativa). Sua principal função é catar, selecionar e vender materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis⁴⁹.

Após a caracterização do catador enquanto profissional, há que se fazer também uma breve distinção entre “lixo” e “material reciclável”, uma vez que este último constitui-se, em última análise, na matéria prima do trabalho do catador. Sendo assim, “lixo” pode ser entendido como uma mistura de restos de alimentos, embalagens descartadas e objetos inservíveis. Já o “material reciclável”, traz a idéia de oposição ao lixo pois tem base na coleta seletiva que só se torna possível se houver a separação dos resíduos secos dos molhados⁵⁰. Dentro dessa perspectiva, torna-se óbvio que o catador do ACJG, seja ele pertencente à ACAMJG ou à COOPERGRAMACHO é, antes de qualquer coisa um “garimpeiro do lixo”, tendo em vista que antes mesmo de catar, precisa revirar o lixo, encontrar o material reciclável de seu interesse e, aí sim, catá-lo. Logo, o trabalho do catador tem uma relação direta com a coleta seletiva, pois esta, se concretizada, interfere radicalmente na qualidade de vida, nas condições e na dignidade do trabalhador catador de materiais recicláveis de forma positiva. Com relação às condições de trabalho existentes em Jardim Gramacho, a fala do catador abaixo nos dá uma idéia desse cenário:

Condições? Que condições? Aqui Marcelo é tudo muito difícil! É muita muita sujeira é risco de de pegá uma duença, de tê um acidente porque a gente num faz tipo assim coleta assim seletiva né, nós num temos coleta seletiva. Então, o lixo vem cum tudo (catadora, 62 anos)

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais recicláveis (MNCR) agrega, hoje, em seu cadastro, 500 cooperativas com quase 40 mil catadores⁴⁰. Em Jardim Gramacho, embora as fontes consultadas não apresentem dados precisos em relação ao número de catadores, é possível observar-se um aumento considerável no número de pessoas envolvidas de alguma forma com o processo da catação a partir da década de

1990 até 2007. A cerca deste tema, de acordo com Valéria Bastos⁵¹, Assistente Social da empresa que administra o aterro, a população de Jardim Gramacho girava em torno de 20.000 habitantes, na década de 90. Destes, 60% viviam de atividades ligadas à comercialização de materiais recicláveis. Alguns, diretamente realizando atividades como catação de lixo, abertura de aterros clandestinos e trabalho nos depósitos de sucatas. Outros vivendo, indiretamente, das atividades de comércio em estabelecimentos como biroskas, barracas e bares, instalados principalmente na Avenida Monte Castelo, via principal que leva ao aterro. Participantes do 1º Encontro de Integração Comunitária de Jardim Gramacho (a Câmara Técnica), organizada pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, em 28/07/2005, para discutir questões relacionadas a Jardim Gramacho, contabilizaram 40.000 habitantes⁶. De acordo com o Ribeiro e Pacheco³⁹, o número de habitantes de Jardim Gramacho chegava a 45 mil pessoas, sendo que 15 mil viviam de atividades ligadas à reciclagem. Destes, cerca de 3.000 a 4.000 catadores estariam na frente de serviço (também conhecida como “rampão”), 70 na COOPERGRAMACHO, 150 na ACAMNIG. O restante, em depósitos localizados nas proximidades do ACJG ou nas chamadas “rampinhas” (mini aterros em terrenos particulares próximos ao ACJG). Durante as entrevistas com informantes-chave, identificamos um total de 70 catadores na COOPERGRAMACHO e 50 na ACAMJG.

Os trabalhadores catadores do ACJG estão divididos basicamente em três grupos distintos a saber: ACAMNIG, COOPERGRAMACHO e Depósitos. Para a realização deste trabalho, optou-se por trabalhar apenas com os dois primeiros grupos, tendo em vista o medo da violência relatada em algumas falas, envolvendo os donos de depósitos, o tráfico de drogas local e a própria polícia militar.

Quanto a sua situação sociocultural e econômica, segundo Ribeiro e Pacheco³⁹, os trabalhadores catadores do Aterro de Jardim Gramacho, são majoritariamente negros, e lutam pelo não fechamento do aterro, o qual segundo eles é imprescindível para a economia local, uma vez que vivem da reciclagem. Os catadores de Jardim Gramacho vivem na periferia da cidade, em evidente desvantagem social e vêm lutando pelos direitos de qualidade de vida, bem como pelo reconhecimento de seus direitos (saúde, saneamento básico, trabalho, lazer e educação).

Faz-se necessário salientar que dentro do grupo de trabalhadores que participaram do estudo, a maioria, ou seja, cerca de 96% já fizeram parte do mercado formal de trabalho com carteira assinada e demais benefícios trabalhistas. Outrossim, a entrada desses trabalhadores no universo da catação de materiais recicláveis, deu-se pela perda da atividade junto ao mercado formal, bem como pela dificuldade de retornar a mesma.

Trabalhei mais de 10 ano... Trabalhei uns 10 ano de cobrador. Trabalhei pa União, trabalhei pra Regina, pa Fabes... Na Fab, eu trabalhei 8 ano. Aí depois, tendeu? Ficou difícil pra arrumar serviço, aí eu comecei. E eu comecei com... 16 pra 17 ano de cobrador. (catador, 44 anos)

Muito simples. Eu trabalhava, estudava à noite. Trabalhava em estaleiro. Aí, após o plano Collor, a indústria naval faliu e eu fui vítima... Fiz parte dessa massa desempregada da indústria naval e trabalhei no comércio. Trabalhei como corretor de imóveis, trabalhei em lanchonete, supermercado. Trabalhei, antes disso, em indústria metalúrgica. Então, e estava desempregado... Trabalhei em dois mercados e estava desempregado e vim trabalhar aqui. (catador, 39 anos)

Para a maioria dos catadores entrevistados, trabalhadores ‘excluídos’ do mercado de trabalho formal, a catação surgiu como um meio de sobrevivência, e, por isso submeteram-se às péssimas condições de trabalho no ACJG.

A necessidade de encontrar um comprador para sua força de trabalho, tida como condição natural na sociedade do capital, aparece então como a única coisa a fazer, pois ficar fora desse mercado, como acontece com os catadores, é ser excluído das relações de trabalho assalariadas, é ter a vida dificultada, ou mesmo ser privado das condições mínimas de sobrevivência. É ser colocado à margem, é converter-se do ponto de vista do sistema produtor de mercadoria, em coisa inútil, sem valor. (ANTUNES, 1998, apud. GONÇALVES, 2006³²)

Quando indagados, durante a entrevista, sobre ‘o que era ser catador’, as respostas mais recorrentes demonstraram como aquele trabalho é entendido pelos

catadores, bem como que significado tem para suas vidas. Esse trabalho é entendido como uma forma de sustentar a si mesmo e a própria família. Seu significado para a vida desse trabalhador poder ser traduzido como uma das últimas maneiras honestas de se reinserir no meio social. Uma inclusão excludente, como afirma Gonçalves³², ou seja, inclui em determinados aspectos da vida e exclui ou mesmo fragiliza outros.

Sê catadô... é um trabalho pa gente ganhá dinheiro. (catadora, 57 anos)

É necessário! Porque não tem oportunidade pa todo mundo trabalhá de cartera assinada. (catador, 51 anos)

Eu não tenho jeito pra sê mulé da vida, por isso entrei na recicragem. É sujo mas é honesto. (catadora, 24 anos)

Participaram da presente pesquisa 29 trabalhadores(as) catadores(as), sendo 13 pertencentes à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Jardim Gramacho (ACAMJG) e 16 da Cooperativa de Gramacho (COOPERGRAMACHO). Buscou-se equilibrar o número de homens e mulheres entrevistados em cada grupo. No total foram entrevistados 14 homens e 15 mulheres, com uma média de idade de (40,18±8,91) anos, e, uma média de tempo de serviço, como catador, de (15,14±8,17) anos. Quanto ao nível de escolaridade, no grupo estudado foram encontradas 5 pessoas analfabetas, com o 1º e o 2º ano do Ensino Fundamental; 6 com o 3º e o 4º ano do Ensino Fundamental; 13 com o 5º ao 8º ano do Ensino Fundamental e 5 com o Ensino Médio (in)completo.

Pesquisas anteriores, realizadas por Silva (2002) e Magera (2003) (apud. Medeiros & Macedo, 2006)⁵³, com catadores de materiais recicláveis revelaram a existência de correlação entre escolaridade e trabalho. Segundo esses autores, no grupos estudados, a escolaridade é um fator determinante no direcionamento para a exclusão do mercado formal de trabalho. Dado este, também corroborado em nosso trabalho.

5.2. Processo de Trabalho no Aterro Controlado de Jardim Gramacho.

O trabalho realizado pelos trabalhadores catadores da ACAMJG e da COOPERGRAMACHO, tem em comum o objetivo final de suas atividades, qual seria a venda de todo material coletado. Não obstante, a organização, os processos e as condições de trabalho utilizados para atingir seus objetivos são distintos. Por isso, é

fundamental que se faça uma abordagem separada do tema de modo que não se percam peculiaridades importantes inerentes a cada processo produtivo, como segue abaixo.

5.2.1. ACAMJG

A Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Jardim Gramacho está situada à Rua Almirante Midosi, Lote 16, quadra 42, Jardim Gramacho, Duque de Caxias/RJ (nas proximidades do ACJG), em um Pólo de Reciclagem, proveniente de um projeto elaborado pela COMLURB, de acordo com a fala do Gerente do Aterro, Sr. Ubirajara:

E além disso, ainda tem o pólo de reciclagem, que foi uma, uma, um projeto elaborado pela COMLURB em parceria com a Prefeitura de Duque de Caxias, a prefeitura de Duque de Caxias fez a cessão de um terreno, a COMLURB construiu dois módulos, um módulo pra acúmulo de material reciclável e outro módulo pra negociação com os compradores. Esse, esse pólo, ele vai ter capacidade pra abrigar cerca de 500 catadores, ou seja, a nossa idéia é que quando houver o fechamento total do Aterro de Gramacho, nós tenhamos abrigado boa parte desses catadores, pra que nós não tenhamos mantido esse passivo ambiental.

Seu processo de formação, segundo relatos do Sr. Sebastião Carlos dos Santos (atual presidente da ACAMJG) ao COEP (2005)⁶, iniciou-se em agosto de 2004, por iniciativa de um grupo de doze catadores (catadores pertencentes à liderança de COOPERGRAMACHO e catadores independentes não cooperativados), a partir da necessidade de se ter uma representação oficial dos catadores frente à determinação de fechamento do aterro em 2005. Janeiro de 2005 marca o início das atividades da ACAMJG e três objetivos principais norteiam suas ações até hoje: Garantir trabalho para os catadores após o término das Atividades do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho; Criar projetos na comunidade através da Associação de Catadores; Lutar para a implantação de coleta seletiva no município de Duque de Caxias, realizada e gerida pela Associação. Em 2005, a associação contava com cerca de 1.100 catadores identificados e cadastrados, aguardando sua oficialização e objetivava a inscrição de no mínimo 2.000 catadores.

Segundo a fala do presidente da associação, Sr. Sebastião Carlos dos Santos, a ACAMJG chega em 2008 com um grupo de trabalhadores catadores efetivos de menos de 100 pessoas, oriundas diretamente da frente de serviço.

Num total de... quase 60 pessoas. Uns 50 catadores mais o pessoal da diretoria e... alguns que são fixo, que são os vigia, o motorista e o... um ajudante, que trabalha.

O organograma da ACAMJG é formado pela presidência e vice-presidência, diretorias, pessoal administrativo e catadores. E, tem como característica principal uma administração feita por catadores desde a sua origem.

FOTOGRAFIA Nº6 - SEDE DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE JARDIM GRAMACHO.



Fonte: Fotografia tirada por Marcelo Cardozo em 22/12/2008.

Os trabalhadores catadores de materiais recicláveis da ACAMJG não possuem nenhum tipo de controle de frequência, apenas um controle de produção, logo os ganhos estão diretamente relacionados ao trabalho realizado. Poucos são os catadores que se apresentam na associação antes de iniciar seu trabalho, apenas aqueles com alguma responsabilidade administrativa além da catação, como os diretores que em sua maioria, além de exercerem as atividades referentes ao cargo, são também catadores.

Embora, já existam parcerias entre a ACAMJG e empresas para receber destas o material reciclável, a maior fonte de matéria-prima para a associação ainda é o ACJG.

Não, nós temos algumas coleta seletiva. Fazemos na na rua. Com parceria, acho que agora mesmo eles tão indo fazendo uma. A gente tem um na Presidente Wilso, tamos no BNDS, já em função da Lei, do Decreto. (catadora, 35 anos)

Isso. Isso. Eu não sei se eles ainda utilizam, mas também eu, aqui, eu, na época, eu tinha inventado uma prancha porque as pessoa diziam que quem trabalha numa posição trabalhava muito menos, quem trabalhava lá trabalhava mais, nanananã... Então, a gente... eu matutei, matutei, até tentá criá uma planilha e a mesma coisa a gente fez na... na Associação, no controle tanto de, na entrada do material e como também pra saída. Então, se você produziu 3 mil quilo de material, tá lá 3 mil quilo. (presidente da ACAMJG)

Os catadores entram no ACJG à pé ou de carona em caminhões da associação ou dos depósitos. Caminhões apinhados de gente que lembram em muito os bóias-frias. Ao chegarem à frente de serviço, também conhecida como “rampa”, denominação da área destinada ao despejo do lixo realizado pelos caminhões da COMLURB ou de particulares, os catadores identificam um lugar próximo para colocarem seus “bags” ou “lonas” (recipiente usado para o armazenamento e transporte de todo o material coletado) quando estiverem cheios. Essa escolha, na maioria das vezes, é individual mas, pode ser coletiva também.

Embora a atividade de catação realizada pelos trabalhadores catadores da ACAMJG possa ser considerada como altamente precarizada, observam-se algumas regulamentações internas pré-estabelecidas que condicionam todo o processo produtivo, desde a obtenção do material na ‘rampa’ até sua separação minuciosa, conhecida como ‘qualificação’ pelos catadores, no galpão da associação. Não obstante, tais regulamentações estão diretamente relacionadas à realização do trabalho real pelos catadores, tendo em vista a inexistência do trabalho prescrito, que segundo Boutet (1993, apud. Gonçalves, 2004)³², compreende, regulamentos, relatos, esquemas de utilização e modos de empregos. Ao catador da associação não foi e não é ensinado como catar por meio de um regulamento ou treinamento. Observa-se sim, que esses trabalhadores adaptam seus meios e condições de trabalho para a realização de sua

atividade, com a criação de regras em grupo que vão constituir uma rotina de trabalho para os mesmos, o que segundo Dejours (1993, apud. Gonçalves, 2004)³² pode ser entendido como ‘regras de ofício’.

Os equipamentos de proteção individuais que seriam necessários para a realização do trabalho do catador são providenciados pelos mesmos, ao invés de serem fornecidos pela ACAMJG. São compostos basicamente por vestimentas comuns como calças, blusas, meias, botas ou tênis e toucas ou bonés, surrados ou desgastados, cujo principal objetivo é formar uma barreira entre o corpo do trabalhador e o lixo. Além desta vestimenta, composta na maioria das vezes pelo uso de peças sobrepostas, os catadores usam um colete de cor laranja para sua identificação no aterro.

Eu? Bota bota bota bota com aquelas palmilha de aço que é pa não esquentá o pé, queu uso, boto três meião, três meião no pé, uma caneleira, de vez em quando uns coco que vai, uma pedrinha que rola que bate na canela, pô boto duar blusa, um colete e um casaco e uma uma eu marro pego uma blusa amarro na cabeça por causa da poeira muito, às vezes a sujeira na cabeça, só deixo só o rosto pru lado de fora, luva. (catador, 37 anos)

FOTOGRAFIA Nº7 - VESTIMENTA COMUM USADA PELOS CATADORES.



Fonte: Fotografia tirada por Rose em 03/09/2007

Durante o processo de catação, os catadores não catam qualquer tipo de material, cada uma deles escolhe um ou dois tipos de material e concentra suas energias e atenção para encontrá-lo(s) em meio a montanha de lixo. Dentre os materiais coletados, existem o “arquivo” (papel branco de escritório), o “PP” (tipo de plástico encontrado em tampas de garrafas plásticas), metais, plástico fino e grosso, garrafas Pet, entre outros.

Desde o momento em que chegam na rampa para despejar o lixo, os caminhões são acompanhados de perto pelos catadores. Quando o lixo começa a ser derramado dá-se início a “garimpagem”. Neste momento o catador precisa estar muito atento para não ser atingido por um objeto perfuro-cortante, ser soterrado pelo lixo ou mesmo atropelado pelo caminhão. A coleta também ocorre mediante o acompanhamento do trator responsável por espalhar o lixo para receber uma cobertura de argila. Neste momento, o risco de acidente é latente e evidente, dada a proximidade dos catadores com a esteira e a pá do trator. Como dispositivos de segurança, o trator conta apenas com a existência de um apito sonoro que é acionado quando o mesmo executa a marcha “ré”, além da atenção do operador.

Ao ser encontrado, o material é rapidamente retirado da pilha de lixo que cai do caminhão ou da pá do trator que espalha o lixo. Em seguida, o material coletado é colocado na barrica e posteriormente no “*bag*” ou lona. Ritual que se repete por várias vezes, até que o catador julgue finalizada a catação. Quando as lonas estiverem cheias, o catador a prepara para ser levada para a associação.

Eu saio de casa três hora da madrugada, chego aqui por volta de umas três e meia, to lá em cima quatro e quatro e quinze quatro e vinte to lá em cima, aí começa o meu trabalho né (...) (catador, 42 anos)

Ele sobe pro aterro, vô dá o exemplo do catado de Pet. Ele sobe pro aterro, aí corre atrás do tratô o dia intero pra enchê suas lona, aí ele trabalha, os catadô daqui trabalha assim, é sábado, domingo, segunda, terça e quarta. Aí eles desce o material deles na quarta à noite, colocam no caminhão lá em cima, chegam aqui descem, jogam num determinado local, quando é na quinta de manhã eles vem, todo mundo da Pet, vem todo mundo pra cá, separarem seu materi, qualificá seu material todo, cada um qualifica o seu material, pu qualidade, pur preço, cada um material tem um tem um preço diferente. Então, eles separam o material todo, depois pesa e é colocado na caçamba. Aí, dia de sexta-fera, o ra o rapaz que compra vem e retira as caçamba. (catadora, 33 anos)

FOTOGRAFIA Nº8 E Nº9 – DESPEJO DE LIXO PELO CAMINHÃO E TRATOR ESPALHANDO O LIXO, RESPECTIVAMENTE.



Fonte: WEBRESOL, 2007.

Debaixo de chuva ou de sol o catador realiza a catação sem nenhum suporte estrutural básico, as necessidades fisiológicas, como a ingestão de água e de alimentos

são supridas pelo próprio trabalhador. No aterro não existem banheiros e caso haja a necessidade de se eliminar algum dejetivo orgânico, a área do aterro é utilizada, tomando-se o cuidado de se manter uma certa distância do local de trabalho. As condições de trabalho inexistem e atentam contra a saúde do trabalhador que usa o seu próprio corpo como ferramenta de trabalho, ficando sujeito a acidentes de toda sorte.

Segundo Dejours et. al. (1994)⁵⁴, por condições de trabalho deve-se entender:

as pressões físicas, mecânicas, químicas e biológicas do posto de trabalho. As pressões ligadas às condições de trabalho tem por alvo principal o corpo dos trabalhadores, onde elas podem ocasionar desgaste, envelhecimento e doenças somáticas.

Ah! É, é, precária! É porque que você está riscado a todos os acidente né, a gente da ACAMNMG não, a gente já é mais organizado né, como agora fizemo um seguro de vida, né. Lá, eu vejo meus ex-colega, já presencieei vários acidente. Entendeu? Então, o risco é muito grande. Já vi gente morrê, ficá mutilado. Entendeu? E dependê dos próprios colegas, que uma semana dá. Tipo assim, ah hoje eu vô fazê uma listinha, que eu já fiz, dez reais. Vai na outra semana. O risco é primido, a gente não, a gente já é mais organizado aqui. (catadora, 36 anos)

Os “bags” cheios com o material coletado são vigiados por pelo menos um catador até a chegada do caminhão da ACAMJG, quando tudo é levado para a sede da associação, para que se inicie a segunda etapa do trabalho. Ou seja, os catadores se preparam para uma rápida triagem do material coletado, em seguida para a prensagem e, finalmente, pesagem do seu material. Como só possuem uma prensa, os materiais podem ser prensados ou não, dependendo do tempo para a entrega do material, por isso, pode-se pesar o material dentro dos próprios “bags”. Uma associada participa da pesagem de todo material identificando seu respectivo dono e registra em uma planilha a produtividade de cada catador.

FOTOGRAFIA Nº10 E Nº11 – PRENSAGEM DO MATERIAL E PESAGEM DO MATERIAL, RESPECTIVAMENTE



Após a pesagem, todo o material é armazenado em caçambas, de propriedade das empresas compradoras, próximas ao galpão ou postas diretamente no caminhão do comprador, através de um elevador. Porém, quando o caminhão é muito alto dificulta o uso do elevador que bate no teto do galpão, neste momento o trabalho é feito de forma braçal pelos catadores.

FOTOGRAFIA Nº12 E Nº13 – ENVIO DO MATERIAL CATADO ÀS EMPRESAS COMPRADORAS.



Fonte: Fotografia tirada por Marcelo Cardozo, em 22/12/2008

As empresas retiram o material com seus próprios caminhões e ao confirmarem o conteúdo e a quantidade da carga, efetuam o depósito do dinheiro diretamente na conta da associação. Na sexta-feira, dia destinado ao pagamento do pessoal, o setor financeiro da associação realiza os cálculos relativos à produção de cada catador e

efetua o pagamento dos mesmos. Cada catador chega a receber, em média, cerca de R\$130,00/dia, isso quando o dia foi bom. Quando não se consegue uma boa coleta, o chamado dia ruim, o catador pode receber entre R\$50,00 e R\$70,00/dia. Por mês, dependendo das horas dedicadas à catação e da quantidade de material coletado, o catador pode auferir ganhos que chegam até R\$1.300,00.

Depende do dia bom de trabalho, um dia bom de trabalho é quando você cata o, por exempuu, a gente aqui na ACAMJG cata quqtrocentus quilo, quinhentos quilo de material reciclado. Isso é um dia bom, que você tira mais ou menos uns centi e vinte cento e trinta reais, isso é um dia bom pra mim. Quando, os os catado ele é tão assim ingrato até às vezes eu falo, porque ele entra sem nada, só com a disposição e quando ele ganha setenta reais, cinquenta reais ele fala que quebrô. E eu vejo aqui fora, pô tem um primo meu que tem num sei quantos anos de telemarketing, estudô, fez vários curso pa ganhá quinhentos e oitenta reais por mês. E aqui o catadô às vezes ganha seiscentos assim, sem trabalhá a semana toda. Isso só, às vezes eu acho que o catadô é ingrato, com a própria profissão dele, não dá valor. Entendeu? (catadora, 49 anos)

Pô um catadô mero, médio, geral assim pô, pesquisado pela própria associação, um cara, um média de salário de mil e duzentos (por mês). (catador, 41 anos)

A renda média auferida por um catador depende, como podemos verificar, de pelo menos duas variáveis muito importantes a saber: a disponibilidade de material para catar e a disposição do catador para catar. Entretanto, a disposição empregada para se aumentar os ganhos pode ser geradora de sobrecarga no trabalho. A sensação de se poder trabalhar quando se quer ou mesmo de se ganhar mais ou menos dinheiro, em função de um dedicação maior ou não por parte dos catadores, faz com que o catador acredite ter liberdade para programar sua produção. Contudo, esta situação faz com que o mesmo se submeta a cargas de trabalho extenuantes e nos permite fazer uma reflexão sobre a precarização do trabalho desse catador, porque além de realizarem seu trabalho em meios e condições insatisfatórias, a possibilidade de adquirir bens por meio desta prática acaba por validá-la e torná-la, de certa forma, natural. Isto é, se você não tem determinada coisa, é porque trabalhou pouco e precisa se esforçar mais. Percebe-se, então uma realidade perversa onde não existe liberdade e sim escravidão, além de relações trabalhistas vulneráveis.

O catador aqui faz assim (inaudível). Então, quando tem muita conta pa pagá ele trabalha mais. Quando num tem, fica de bobera e se contenta com poco mermo.
(catadora, 55 anos)

Queria comprá uma geladeira nova porque o motô da muinha queimô. Fui na loja, e comprei no pau, mas, também, tive que trabalhar direto, foi um mês de ralação.
(catador, 44 anos)

Minha filha queria um celulá e uma ropa nova. Consegui dá pra ela depois de de de uma semana trabalhano direto no aterro, só que depois eu tive um resfriado forte que virô pneumonia. Não, mas, num foi, isso foi pur causa que tinha que acontecê mesmo.
(catadora, 38 anos)

Finalizado o processo de trabalho, existem sobras conhecidas como rejeito, ou seja, materiais que, segundo Grimberg (2007)⁵⁰, não tem mais como serem aproveitados na cadeia do reuso ou reciclagem. Todo o rejeito é acondicionado em um espaço fora do galpão e quando atinge uma certa quantidade tudo é levado por caminhão da associação para o aterro. Este trabalho é feito pelos próprios catadores em caráter de cooperação.

FOTOGRAFIA Nº14 E Nº15 - ÁREA DE REJEITOS E REJEITOS SENDO LEVADOS PARA O ATERRO, RESPECTIVAMENTE.



Fonte: Fotografia tirada por Marcelo Cardozo, em 20/12/2008

5.2.2. COOPERGRAMACHO

A Cooperativa de Catadores de Jardim Gramacho está localizada dentro da área do ACJG, foi criada em 14/08/1996, após acordo firmado em contrato entre a empresa terceirizada que administrava o aterro naquela época, a Construtora Queiroz Galvão, e a COMLURB, responsável pelo aterro. A criação da COOPERGRAMACHO previa a modificação do cenário da catação existente em Gramacho:

com catadores residentes no aterro, presença de crianças e adolescentes, utilização de alimentos do lixo como forma de sobrevivência com a presença de catadores que apenas coletavam comida e roupa, presença de portadores de deficiência, entre outros casos⁵¹.

Cenário este que envolvia uma relação pouco amistosa entre catadores, a Construtora Queiroz Galvão e a COMLURB. O catador era visto como uma figura indesejável e desprezível:

Olha, essa relação, ela chegou a ser um pouco conturbada, né, porque o catador, ele, ele não tinha, ele não era tratado porque não tinha reconhecimento profissional, ninguém reconhecia o catador como uma categoria profissional, o catador, infelizmente, era tratado como estorvo, uma pessoa que era maléfica ao trabalho de recebimento de resíduos dentro de um aterro. Na realidade, se nós formos sinceros, nós vamos chegar a conclusão que a presença do catador realmente não é boa, que aterro de lixo não é lugar de catador, o catador tem que ser capacitado pra trabalhar com reciclagem, se tem que ter um galpão, se tem que ter uma estrutura montada pra receber o catador, capacitá-lo pra que ele trabalhe, né, infelizmente, ele hoje atua na área de, diretamente na área de recebimento, que é ilegal, que nós achamos que é ilegal, tanto que nós temos um projeto pro aterro que paciência que não tem, não existe a presença do catador, tanto o catador quanto o vetor. Mas, com o passar do tempo, o catador passou a ser respeitado, tem representatividade, é uma categoria reconhecida e nós hoje temos um enfoque diferente em relação ao catador. (gerente do aterro)

Segundo Porto et. al. (2004)⁸ os trabalhadores da frente de serviço eram frequentemente referidos pelos técnicos da COMLURB e da empresa que administrava

o aterro, na época a Queiroz Galvão, como um problema que “*não deveria existir e precisaria ser eliminado o mais brevemente*”.

Dentro desse contexto, a cooperativa era vista como uma maneira de reduzir o quantitativo de catadores na frente de serviço, além de se ter um maior controle sobre os mesmos:

A Cooperativa, ele foi justamente a idéia de diminuir um pouco o passivo ambiental, né, (...) A cooperativa, ela foi criada pra diminuir o número de catadores na frente de serviço, ou seja, trazer parte dessas pessoas, hoje em número de 120 pessoas, pra uma cooperativa com plano de saúde, com todo o incentivo, com a supervisão da empresa contratada, com a supervisão da COMLURB, com o corpo técnico todo voltado pra atender a esse cooperativado, tá. (gerente do aterro)

Estudo realizado por Juncá (2004)⁵⁵, nos dá a idéia de que a cooperativa surge como alternativa para um problema difícil de ser enfrentado, ou seja, a retirada dos catadores do aterro. Sendo assim, a cooperativa não nasce de discussões entre os próprios trabalhadores, mas sim como uma solução oficial.

Segundo relatório da Comunidade COEP (apud. Bastos, 1998)⁵¹, a Construtora Queiroz Galvão contratou a Assistente Social Valéria Bastos, objetivando a organização do trabalho dos catadores para adaptá-los às novas regras de operação do aterro. A equipe de assistentes sociais fez um levantamento de dados por meio da aplicação de um questionário aos catadores, com o objetivo de identificá-los e cadastrá-los, bem como conhecer suas demandas sociais. Após este processo e o devido tratamento das informações coletadas, foram realizadas assembléias, para se eleger uma “Comissão de Catadores Pró-Cooperativa do Jardim Gramacho”, que deveria organizar e mobilizar os catadores para a formação da cooperativa. A COOPERGRAMACHO iniciou suas atividades em 08/11/1996 com um quantitativo de 142 catadores e foi construída e equipada com recursos da Construtora Queiroz Galvão, como previsto no contrato com a COMLURB. Sua estrutura básica era formada por dois módulos de produção, cada um com uma prensa e duas esteiras de triagem utilizadas dos dois lados e um galpão de prensagem, também com duas prensas (totalizando quatro prensas) e uma empilhadeira. Além de sanitários e vestiários (masculino e feminino, com chuveiros e armários),

refeitório (com freezer, geladeira e fogão) e um escritório. A cooperativa beneficiava aproximadamente vinte e dois caminhões de materiais recicláveis por dia⁶.

Embora tenha iniciado suas atividades com 142 cooperados, atualmente, a cooperativa conta com cerca de pouco menos de 80 trabalhadores. Dos cooperados que saíram, parte foi para a associação e a maioria retornou para a rampa. Segundo a vice-presidente da COOPERGRAMACHO, ficaram na cooperativa aqueles que realmente queriam.

Os que já tinham que retorná, já retornaram. Os que tão aqui hoje é porque querem ficá mesmo na cooperativa, porque, já... aqui já teve umas 170 pessoa, né? Hoje em dia, tem em torno de 76... 76 pessoas. Então os que já tiveram que voltá já voltaram pra frente de serviço, os que tá aqui é porque qué ficá mesmo. (catadora, 33 anos)

Entretanto, durante as entrevistas foi possível perceber a existência de outros fatores que estão por trás da escolha de permanecer ou não na cooperativa. Além de algumas garantias trabalhistas como ter um salário certo no fim do mês, a possibilidade de se aposentar, ter um seguro de vida, entre outros, os trabalhadores que permaneceram na cooperativa também levaram em consideração os meios e as condições de trabalho, que praticamente inexistem na frente de serviço. Na cooperativa, necessidades fisiológicas básicas podem ser supridas dada a infra-estrutura existente (banheiros, refeitório, etc.), e a exposição às intempéries é bem reduzida pois trabalha-se em áreas cobertas. Observa-se, ainda, que 90% dos catadores da cooperativa são do sexo feminino e/ou homens com idades já avançadas, com algum tipo de limitação física ou de saúde, evidenciando que o trabalho na frente de serviço exige uma condição física e de saúde maiores para suportar cargas de trabalho extenuantes.

O trabalho na rampa é mui muito difícil. Lá em cima quando é verão a gente pega aquele sol do dia todo e depois cai aquela chuva. Aí, é difícil num ficá duente né. (catadora, 46 anos)

De catação, eu devo tê mais ou menos vinte ou 22 ano. Na cooperativa eu tenho 6, o resto foi na rampa. Pra lá eu num volto não eu quero é me aposentá aqui mesmo, preciso discansá. (catador, 42 anos)

A gente num tem água pa bebê, nossa necessidade tem que fazê num cantin, com todo mundo olhando e tem dia que quando fica doente ninguém éééé a gente não recebe porque tem que trabalhá pa ganhá. Ficá em casa é prejuízo. Aqui na cooperativa não, aqui é mais mais como é que eu vou dizê é melhor porque tem mais conforto. (catador, 44 anos)

Embora a migração para a rampa tenha como uma das principais justificativas a possibilidade de se ganhar mais, é possível contradizer essa afirmativa somente através da comparação dos ganhos da cooperativa com os da rampa. Embora pareçam ganhar mais, os trabalhadores da frente de serviço trabalham mais. Fato este corroborado em estudo realizado por Porto et. al. (2004)⁸, quando verificou um valor hora/trabalhada similar entre cooperativados e trabalhadores da rampa.

FOTOGRAFIA Nº16 - SEDE DA COOPERATIVA DE CATADORES DE JARDIM GRAMACHO



Fonte: Fotografia tirada por Marcelo Cardozo, em 05/11/2008

Em 1997 a S.A. Paulista passou a ser a nova administradora do aterro e subsidiava os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) utilizados pelos trabalhadores em cinquenta por cento, ficando o restante a cargo da própria cooperativa.

Apesar ter um organograma muito parecido com o da associação, a COOPERGRAMACHO conta com o apoio de uma assistente social e de um gerente gestor pagos pela empresa que administra o aterro, empresa esta responsável ainda pelo pagamento das contas de água e luz da cooperativa, bem como pela manutenção dos seus equipamentos.

Um dia de trabalho na cooperativa se inicia com a chegada dos catadores, por volta das 07:00h para cumprirem uma jornada de trabalho de oito horas (08:00 às 17:00h). Após assinarem seu ponto em um caderno destinado para tal fim, vão ao vestiário para trocar de roupa. A cooperativa tem como prerrogativa fornecer uma muda de roupa e um avental, uma vez ao ano, sempre que possível, aos seus trabalhadores cooperados. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) eram fornecidos regularmente pela cooperativa quando a mesma foi inaugurada, porém, hoje isso não acontece mais, como pode ser percebido na fala da vice-presidente da COOPERGRAMACHO:

Porque eu gostaria muito que fosse como era antigamente, a pessoa tê avental, tê a bota, a gente pode tá dando a luva pra eles, que são coisas muito importantes. Ainda não está completo. Eu acho que ainda falta isso ainda. O uniforme também, a gente faz o maior sacrifício pra tá pagando o uniforme, que hoje em dia a gente é que tá pagando o uniforme, tem feito bastante sacrifício. A gente só tá conseguindo comprar uma muda por ano pra cada cooperado, quer dizer, a gente exige que eles usem o uniforme mas, a gente sabe que é lixo né. Então acaba muito rápido o uniforme.

Mesmo quando os EPIs eram fornecidos regularmente pela cooperativa, logo que a mesma começou a funcionar, seu uso era parcial ou inexistia.

Já fornecemos uniforme, botas. Até chegamos a botá luvas também. Hoje só uniforme que a gente tá fornecendo. Porque, eles não usam bota, não usam luva se der. Luvas usa, um dia, e, jo... e descartável, joga fora. Aí hoje em dia só damos o uniformes.
(vice-presidente da COOPERGRAMACHO)

Uma possível explicação para a resistência do trabalhador catador em relação ao uso de EPIs na cooperativa pode estar relacionada ao desconforto e a limitação dos movimentos provocados pelos mesmos, prejudicando inclusive a própria produção.

Mas ninguém vai acostumar a trabalhar com uniforme, todo fechado, esses troço de máscara. Ninguém vai acostumar com isso não. Já tentaram uma vez. Ninguém güenta não. Essas máscara de médico, quando eles botaram aí... (...) Não, a gente num consegue... Parece que a gente não consegue respirar direito. O ar... A gente num é acostumado com aquele material, entendeu? (catador, 44 anos)

Quando tá frio até dá pra usá essa ropa, bota e essas coisa que protege. Mas, se tivé calor num dá não. (catadora, 68 anos)

Com luva, quando uso luva, tento tento tento pegá as coisa e não consigo. Aí, eu tiro a luva e pronto. (catador, 62 anos)

O presidente da cooperativa sinaliza aos seguranças na entrada do aterro que podem encaminhar um determinado número de caminhões, que despejariam seu conteúdo no aterro, para a cooperativa. Os caminhões “vazam” (despejam) seu conteúdo nas baías ou poços, e, a partir daí, o trabalho efetivamente começa quando o operador do guindaste, conhecido como aranha, retira com seu equipamento o lixo da baía, colocando-o no funil. O funil é seguido de um cilindro giratório que serve para desagregar o lixo que em seguida cai em uma esteira rolante, onde existem em média 15 a 20 catadores responsáveis por selecionar o material. (DIÁRIO DE BORDO, 20 de março de 2008)

FOTOGRAFIA Nº17 E Nº18 - DESPEJO DE LIXO NO POÇO E DISPOSIÇÃO DO LIXO NO FUNIL, RESPECTIVAMENTE



Fonte: Fotografia tirada por Marcelo Cardozo, em 05/11/2008

Os catadores cooperados selecionam vários tipos de materiais simultaneamente e isso só é possível porque em volta do catador existem diversos contêineres destinados a receber esses materiais. Cabe aos catadores selecionar que contêiner receberá determinado material e a partir daí, todo o material selecionado é jogado no seu respectivo lugar, exigindo muita concentração e paciência por parte do trabalhador para não cometer o erro de misturar os materiais. Os materiais coletados são “arquivo” (papel branco de escritório), o “PP” (tipo de plástico encontrado em tampas de garrafas plásticas), metais, plástico fino e grosso, garrafas Pet, sucata, entre outros. (DIÁRIO DE BORDO, 20 de março de 2008)

FOTOGRAFIA Nº19 - PRIMEIRA TRIAGEM REALIZADA NA ESTEIRA



Fonte: Fotografia tirada por Marcelo Cardozo, em 05/11/2008

O trabalho de seleção de materiais realizado na esteira é eminentemente feminino e consiste numa primeira triagem por tipo de material (garrafa, papel, papelão, sucata). Os homens realizam os trabalhos mais pesados, como a prensagem do material separado, a manipulação desses fardos, carregar e despejar as barricas cheias de material nas baias, entre outros. Após a separação na esteira, alguns materiais, como as tampinhas de garrafa, as garrafas, os papéis, entre outros, são levados às baias para sofrerem uma segunda triagem mais específica, como cor e qualidade do material, isso porque as tampinhas de cor branca tem um preço maior que as de outra cor, as garrafas pet valem mais que as de água mineral e, se separadas por cor são mais valorizadas ainda. O trabalho realizado nas baias também é realizado principalmente pelas mulheres, embora nem todas gostem de realizar esta tarefa (DIÁRIO DE BORDO, 15 de abril de 2008). Fato esse ressaltado na fala de uma catadora especialista em realizar a segunda triagem:

(...) eu trabalho naquele negócio de separar material e ali o serviço meio um pouquinho, porque muitas pessoa num sabe trabalhar, separar prático, separar material. Muita gente acha, né? Então muita gente fala: “Serviço ruim! Eu num quero ficar no serviço da Bete ali, porque é um serviço difícil”. (catadora, 42 anos)

FOTOGRAFIA Nº20 - SEGUNDA TRIAGEM REALIZADA NAS BAIAS DE SEPARAÇÃO



Fonte: Fotografia tirada por Marcelo Cardozo, em 05/11/2008

Após passar por todos os catadores o material restante na esteira é despejado em uma área de rejeito, a qual é regularmente esvaziada pelo pessoal da COMLURB que leva todo o material rejeitado para o aterro.

FOTOGRAFIA Nº21 - ÁREA DE REJEITO



Fonte: Fotografia tirada por Marcelo Cardozo, em 05/11/2008

Após a prensagem ou alocação do material reciclável, a próxima etapa é a venda. As empresas compradoras retiram da cooperativa todo o material que fica guardado no mesmo galpão onde ocorre a prensagem.

FOTOGRAFIA Nº22 - GALPÃO DESTINADO À PRENSAGEM E AO DEPÓSITO DE MATERIAIS



Fonte: Fotografia tirada por Marcelo Cardozo, em 05/11/2008

Diferentemente dos associados da ACAMJG, os trabalhadores cooperativados não recebem semanalmente, seus rendimentos são auferidos mensalmente e dependem diretamente da frequência do catador e da produção geral. Isto é, todo o mês o setor financeiro da cooperativa verifica o lucro obtido com a venda do material, retira o dinheiro referente aos custos de produção e divide o restante entre os catadores. Os faltosos tem sua renda descontada. Essa forma peculiar de organização foi uma das principais causas do retorno de muitos cooperativados para a frente de serviço, para trabalhar para os depositistas, onde os ganhos são diários. (DIÁRIO DE BORDO, 28 de maio de 2008)

Não... Numa parte, a cooperativa é 10 porque a cooperativa você não toma risco de se machucar, risco de se furá, risco de nada. Mas o dinheiro, a rampa... com certeza dá na rampa. Na rampa dá dinheiro todo dia, aqui só no final do mês (catadora, 42 anos)

Tendo como base a fala da vice-presidente da associação, mesmo os que ficaram na cooperativa reclamam dessa organização.

Aii... Às veze... ai... Hoje em dia té tá mais razoável porque já foi muitoss! Muitos, muitos, muitos, porque, aqui... pessoal meio cabeça-dura. Cabeça-duura... E aqui, muitos querem ganhá, não querem trabalhá. Aqui, tem que produzi! Se não produzi, não ganha! E muitos acha que não. Tem... Eles não produzem, querem recebê o

pagamento, normal. Té que hoje em dia tá um bem mais tranqüilo sobre isso, mas já tivemos muitos pobremas. Muitos, muitos, muitos meesmo. A respeito disso.

5.3. A Percepção dos Riscos Ambientais.

Segundo Cavalcante e Franco (2007)⁷, os riscos ambientais antropogênicos constituem um aspecto da complexa interação das pessoas com o meio ambiente. O conhecimento desses riscos está diretamente associado às reações que envolvem a percepção dos indivíduos e as suas experiências e vinculações com seu espaço de vida.

Dentro desta perspectiva, durante a realização das entrevistas, quando perguntados sobre a existência de problemas ambientais no ACJG, os trabalhadores se referiram ao aterro como um importante divisor de dois momentos em Jardim Gramacho. Num primeiro momento era possível observar uma fauna e flora exuberantes, onde o lazer e o sustento a partir da pesca e da catação de caranguejo eram de certa forma fartos. Num segundo momento, porém, após o surgimento do aterro, o que se tem é um quadro de destruição, não só do mangue mas, de todo um modo de vida local, que pode ser ratificado na migração de pescadores organizados em colônias para a catação de materiais recicláveis, devido às modificações provocadas no ecossistema local. As falas a seguir elucidam essa divisão:

É é é a fauna era toda exuberante né. (...) Era um santuário ecológico, infelizmente acabou (...) Isso aqui era um pequeno oásis né, tinha ali praias, tinha piscinas naturais (...) (catador, 62 anos)

(...) em oitenta e quatro, aqui era uma colônia de pescadô. (...) tinha mais ou meno, vivia mais ou meno cem a cento e cinqüenta pescadô. Tinha os pescadô de peixe e os caranguejero. De acordo com o aterro, os caranguejo sumiu, os peixe sumiu, então, qué dizê, o meio ambiente foi destruído e a colônia de pescadô também sumiu. (...) então, esses cara em vez de pescá foru catá material reciclável, porque esses pescadô hoje em dia são catadô de material reciclável. (catador, 41anos)

Tem! Porque quando eu conheci Gramacho, eu tinha na época uns oito anos. Cara isso aqui era tudo mangue, era era praia. Tu vinha, tomava banho, era muito caranguejo, muito peixe. Qué dizê, de, vão botá de dezoito ano pra cá, cabô tudo! O manguezal foi

foi restaurado mas não tem as mesma coisa que tinha antigamente. Esse bairro aqui era muito bonito! (catadora, 60 anos)

Outrossim, não só a destruição do mangue é percebida como um fator negativo. A própria extensão do aterro hoje, ou seja, a deposição de lixo acima da capacidade do aterro, a forma de obtenção de alguns materiais para serem comercializados, também causam medo e insegurança ao trabalhador de Jardim Gramacho. Medo de que o aterro ceda e se desloque em direção à Baía de Guanabara, causando uma possível inundação no bairro. De que os gases provenientes da decomposição de matéria orgânica possam provocar uma explosão, além da poluição do ar. Tal fato pode estar ligado às diversas informações e especulações veiculadas pela mídia no mesmo período das entrevistas.

É, isso, eu eu ouço falar sempre em entrevista que tá riscado, é é é, aquilo cedê, e se cedê inunda o Jardim Gramacho, isso aí é que eu ouço falá. (catadora, 37 anos)

Acho (inaudível) eles tão numa de explosivo, quer dizer, então... Que nem essa revista (reportagem da revista Época), essa entrevista tradicional, essa... Essa revista aqui, que a gente estamos numa própria dinamite... Você vai querê, achá? Então, estamos com um risco... muito grande. É, é, de tirá o sono! (risos) De tirá o sono. Ontem tava lendo isso aqui então... fiquei... é, o, é... meio esquisito! Sabê que pode acontecê, entendeu? É... complicado! (catadora, 33 anos)

Pobremas? Ai, eu acho que tem muitos! Mas, assim, poblemas poblemas, assim, eu acho que é a queima e as queima também de cobre, que assim, tem lugá que eles queima muito cobre, né. Hoje mermo quando eu vim entrano, tavam queimano aqui do lado, aquela fumaça, aquilo faz um mal, totalmente pa pessoa. (catadora, 45 anos)

Quando indagados sobre as possíveis mudanças ocorridas no ambiente de Jardim Gramacho nos últimos cinco anos, pode-se verificar, nas falas a seguir, que o trabalho realizado pela COMLURB, bem como pela empresa terceirizada que administra o aterro foi percebido como um fator positivo. Contudo, pouquíssimas ou nenhuma mudança foi observada em relação às condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e moradores de Jardim Gramacho.

É, tem mudado bastante né, o ambiente. É, assim, as ruas, estão mais, lá, é daqui pra lá, apesar de que tem muito tempo que eu não, não subo lá em cima. Mas, eu acho que o, a COMLURB, tão cuidando mais do aterro. (catador, 60 anos)

Do aterro? Ah, mudou, mudou muita coisa (...). Mas, agora lá dentro em si como eu falei dentro, tudo desde que eu vim pra cá tá a mesma coisa, eles não ajudaram não fizeram nada por ninguém até agora. (catador, 42 anos)

Aqui? Cara, não mudou nada não bicho! Pelo contrário, o bairro se teve um crescimento grande, sem saúde, sem saneamento básico, com os pobrema aumentaro. E, nesses últimos cinco ano foi um aceleramento de destruição do mangue que eu nunca vi. Isso aí eu falo pra você porcaso devido mermo ao aumento de catadores pô, que eles começaro a fazê casa, aterrano e os pessoal jogano lixo clandestino, aumentando a em volta do aterro, os aterro, os lixões clandestinos, que aí foru, que a gente vê muito um milhão e trezentos metro quadrado do aterro mas, se somá o que tem em volta, dá praticamente uns dois milhões a três a dois milhões e meio de de matéria de mata desi degradada. (catador, 41 anos)

Olha, acho que pra mim não mudô nada! Acho que piorô! Porque a cinco anos atrás, é, tinham menas pessoas no aterro. (...) O aterro está super lotado, entendeu? Aí qué dizê, quando, conforme tá mais, tá mais cheio, cada dia que passa tá mais cheio, aí só acontece acidente, acidente, acidente, acidente. (catadora, 44 anos)

Embora a presença do aterro em Jardim Gramacho seja central em qualquer discussão relacionada aos riscos ambientais e de saúde, foi possível perceber na análise dos dados que apesar de os catadores reconhecerem alguns riscos ambientais, o aterro na atualidade não é visto como uma fonte geradora de problemas ambientais e de doenças. O que pode ser corroborado por estudo anterior realizado por (Porto et. al., 2004)⁸, o qual revelou que apenas 27% dos entrevistados afirmou que o aterro pode gerar problemas ambientais. Os problemas agora são atribuídos aos aterros clandestinos e aos depósitos. Tal fato pode ser explicado pela transformação do antigo “lixão” de Jardim Gramacho em aterro controlado, onde principalmente o visual, ou seja, a poluição visual melhorou muito. E, também, pela necessidade de trabalho.

O aterro já poluiu, é é é muita degradação. Agora tá tudo limpinho, tem um monte de de é é gente da Colurb tomano conta do aterro. (catador, 30 anos)

Não! Os pobrema que tem hoje é dos dos aterro crandestino, dos depósito que deixa tudo sujo. Se todos trabalhasse igual ao ao aterro, aí sim ficaria bom. (catadora, 48 anos)

O aterro tá ajudano a recuperá o mangue. Antes (silêncio) antes tava tudo degredado. Eu mesmo trabalhei plantano árvore de mangue. (catador, 44 anos)

Agora não! Já poluiu! Hoje tá assim, como eu vô dizê. Dentro do IBAM, IBAMA né.

Isso aqui (aterro) é uma mina de ouro pra nós. Sem o aterro eu num teria minhas coisinha, minha casinha própria. (catadora, 59 anos)

Quanto aos órgãos de fiscalização, algumas falas sugerem pouca efetividade por parte dos mesmos, uma vez que o número de depósitos e aterros clandestinos vem aumentando. Há, ainda, a possibilidade de que aterros antes clandestinos tenham se transformado em depósitos também clandestinos. Depósitos estes que, à céu aberto, sem nenhum tipo de controle, prejudicam o ambiente e põem em risco a saúde das pessoas, devido a proximidade com as residências.

A este respeito, Miranda (1995, apud. Juncá, 2004)⁵⁵ afirma que

Os impactos ambientais de lixo administrado sem critério têm forma, cor e cheiro. (...)Um monte de lixo mal disposto cria ambientes ideais para moscas, mosquitos, ratos e baratas, expondo o homem a uma série de doenças (...)

Para essa mesma autora, o lixo pode se configurar como uma importante via de transmissão de doenças como peste bubônica, tifo, leptospirose, salmonelose, febre amarela, malária, dengue, leishmaniose.

Dentro desta perspectiva, de acordo com Juncá (2004)⁵⁵, ao ser depositado de modo indiscriminado em qualquer lugar e de qualquer forma, a relação lixo-doença

pode se acentuar. Ao contrário, quando o lixo é destinado para locais adequados e recebe o devido tratamento, tal relação pode ser minimizada.

(...) Tem depósito pa tudo quanto é lado, isso mudô pa pió. Em tudo quanto é rua tem depósito. (...) Ai por causa da sujeira, dá muito rato, muito inseto, muito bicho. (catadora, 60 anos)

Tem muita rampinha aqui em Gramacho (aterro clandestino). Atrás da minha casa tem um. Uma vez, eles tavam trabalhano e deixaram cair umas pet (garrafas) quase que na minha cabeça. As porta num pode ficá aberta por causa das mosca e dos rato que são muito. (catadora, 57 anos)

Como? As pessoa aluga um terreno e paga os caminhões pa despejá o lixo lá. (catador, 33 anos)

Alguns autores (Colombi et. al., 1995; Ferreira, 1997; Velloso, 1995; apud. Ferreira e Anjos, 2001)³⁰ apontam que a saúde e o ambiente são afetados por agentes físicos, químicos e biológicos presentes nos resíduos sólidos municipais. Não obstante, a análise dos dados de campo evidenciou que a percepção dos trabalhadores do ACJG sobre tais riscos, ainda que expostos a tais agentes constantemente, por trabalharem como catadores e morarem próximos ao aterro, restringe-se à poeira e ao odor, aos insetos e ratos existentes no ambiente de Jardim Gramacho.

Aquele mau chero né, que a gente respira lá em cima, a puera. Comé que se diz? A fumaça do lixo muito ensacado. Essas coisa. (catador, 43 anos)

Aqui o ambiente é muito poluído mermo. Meu neto de 3 ano, pra você tê uma idéia, vive com problema de bronquite. O médico falô que é tudo culpa da puera.

5.4. A Percepção dos Riscos à Saúde.

Assim como a percepção de riscos ambientais, a percepção dos trabalhadores sobre os riscos potenciais das atividades de trabalho sobre sua saúde eram bastante influenciadas pela necessidade do trabalho naquele local.

Para esses trabalhadores, os riscos à saúde existiam quando uma pessoa, deliberadamente, se colocava numa situação de risco. Esta constatação, em outros estudos com outras categorias de trabalhadores²³, indica a possibilidade de construção, no grupo, de estratégias defensivas⁵⁴, como forma de suporte das condições de um trabalho extremamente insalubre. Ao apontarem que somente as pessoas que, deliberadamente, agem de maneira irresponsável na frente de trabalho podem vir a ter um acidente ou problema de saúde, esses trabalhadores negam a existência de diversos fatores de riscos presentes no ambiente de trabalho que, independente da ação cuidado ou irresponsável, por si só, configuram riscos a sua segurança e saúde:

Eu acho que não, se a pessoa, a pessoa, eu acho que até lá em cima, a pessoa sabe que a pessoa tem que se cuidar. Então, se a pessoa sabe que a pessoa tem que se cuidar, se, se, é faz uma coisa de risco, eu acho que em trabalho nenhum, depende da pessoa né. Cada pessoa sabe que ali é área de risco, aqui na cooperativa também a pessoa sabe que é. Vai da pessoa se prevenir. (catadora, 46 anos)

Não, se eles usasse as bota, usasse as luva, com certeza a segurança seria maior, né? Evitaria os cortes... seria mais evitado, se eles usasse. Mas eles num usa. Usa sim, os que eles arruma, aí a gente vai dá, eles pega, é descartável! Entendeu? Aí depois vem: ah, cortei meu dedo; mas tem que dá luva, mas se dé, é descartável. (catadora, 33 anos)

Não, acidente acontece, acidente acontece. Acidente acontece, mas, graças a Deus nove ano que eu trabalho lá num nunca aconteceu nunca se machuquei, nunca. (catador, 37 anos)

Levando-se em consideração os acidentes de trabalho e as condições insalubres ligadas especificamente à saúde do trabalhador, Porto et. al. (2004)⁸ ressaltam que a carga física excessiva da catação, associada ao contato com o lixo, e a própria rotina de trabalho são fatores que favorecem o aparecimento de certos tipos de doenças associadas ao trabalho, como: dores corporais, problemas osteo-articulares e hipertensão arterial.

É inegável o fato de que a catação é uma atividade insalubre, entretanto, a análise dos dados de campo evidenciou um baixa menção dos trabalhadores catadores a doenças relacionadas ao trato com o lixo ou a acidentes de trabalho associados à

catação. Outros estudos corroboram esta afirmação: Porto *et al.* (2004), Miura (2004, apud. Medeiros e Macedo, 2006) e Medeiros e Macedo (2006)⁵³

Poucos catadores consideraram cortes, perfurações e escoriações como um acidente de trabalho. Para a maioria, acidentes de trabalho eram aqueles que geravam afastamento do ambiente de trabalho. Para parar o trabalho só mesmo uma situação grave.

Doente nunca! Xepero só fica, só fica, xepero só fica doente se ele se ele não tive lá em cima trabalhando, aí pode aí xepero fica doente. (catador, 37 anos)

Nunca me acidentei nem fiquei doente! Tive só um probleminha, foi nos pés. Frieira, porque eu tava usando bota molhada, distraído. Às vezes molhada com o chorume, algumas vezes. Foi imprudência. (catador, 39 anos)

Sobre esse assunto, Miura (2004, apud. Medeiros e Macedo 2006)⁵⁵ elucida que os catadores não parecem preocupados com os prejuízos provocados à saúde pelo trabalho, estes são suplantados pelo fato dessa atividade garantir sua subsistência e promover sua inserção social e profissional. Segundo a autora, as dores nas pernas, a intoxicação pelo lixo, os cortes, os arranhões, tudo isso pode ser curado, o que é mais dolorido do que tudo isso é a fome. Sobre esta aspecto, Porto *et al.* (2004)⁸ ressaltam que os catadores percebem o lixo como fonte de sobrevivência, a saúde como capacidade para o trabalho e, portanto, tendem a negar a relação direta entre o trabalho e problemas de saúde.

Outrossim, para Dejours (1994)⁵⁴:

a consciência aguda do risco do trabalho, mesmo sem envolvimento emocional, obrigaria o trabalhador a tomar tantas precauções individuais que ele se tornaria ineficaz do ponto de vista da produtividade.

5.5. Perspectivas dos(as) Trabalhadores(as) Catadores(as) em Relação ao seu Trabalho.

Frente à possibilidade de encerramento da catação no ACJG, por conta do fim da vida útil do aterro, muitos trabalhadores colocaram suas angústias durante as entrevistas. Optamos por encerrar nossa seção de resultados com essas frases, onde podemos perceber que além da angústia e da incerteza do momento, e apesar de todos os problemas aqui observados, alguns dos trabalhadores ainda têm esperança e sonham com melhores condições de trabalho que, em último caso, se configuram como uma condição digna de vida. Outros, simplesmente, se resignam com o que tem e entregam o futuro a Deus:

No futuro? Eu espero que a cooperativa cresça e a gente possa fazê outros serviços em spermercado, loja, mesmo que o pagamento seja em produto. (catador, 47 anos)

Eu não sei! Tenho pensado bastante nisso, vai ser difícil, principalmente pra mim, que sempre trabalhei só nisso, porque quando eu era mais jovem, eu, na época que eu era casada eu não trabalhava. Depois, comecei a trabalhar nisso e minha vida toda de trabalho foi só isso aqui, aí eu realmente não sei o que vai acontecer. Não sei! Rsr rsrs, não sei, não sei! A cooperativa acabando, o aterro acabando, eu sinceramente não sei. (catadora, 46 anos)

Olha só, pela quantidade de gente que eu vejo desempregada hoje e pela competição e o estudo que eu tenho hoje... Não é dizer que eu não seja capaz, mas eu não tenho nada concreto pra apresentar. Se eu for sair hoje pra arranjar serviço, no máximo, o que eu posso apresentar é 5ª série, incompleta, eu não estudei. Não tenho uma profissão. (catador, 37 anos)

No futuro? Sei que o, os outro fala eles fala aí que vai fechá, vai lá pra cima, ninguém vai catá, mas sendo que eu fico pensano, não penso só em mim, eu penso em catador geral, porque muitos aí é ex-presidiário, já foi lá não sei o que, que tem medo de botá a cara pra assassiná uma carter, tem medo de polícia prendê, então, aí eu fico, esses pessoal aí vai ficá tudo, tudo assim perdido sem sabê o que fazer. (catador, 55 anos)

Acho que eu nem espero nada! Rsr rsrs. Sem isso aqui num sei não. Deus é que sabe. (catadora, 42 anos)

Eu não espero nada, sinceramente. Só tento jogar na Tele Sena, pra ver se ganho, em jogo... [Risos.] Porque outra coisa... Eu acho que pobre não fica rico mermo. (catador, 44 anos)

Marcelo, o meu sonho, olha o meu sonho é sair daqui. Porque eu não quero morrer dentro do lixo! Meu sonho é sair daqui, continuar estudando do jeito que eu to. (catadora, 49 anos)

6. UMA BREVE DISCUSSÃO

Um dos trabalhos que nortearam a interpretação dos dados aqui apresentados, e que se configura como um dos importantes referenciais teórico-metodológico para o objeto do estudo, é a tese de doutoramento da Profª. Denise Juncá (2004)⁵⁵, intitulada “Entre Sobras e Sobrantes: Trajetórias de Sujeitos no Lixo”. Na definição de seu objeto de estudo, a Profª. Juncá coloca: ***“Quero investigar o cenário do lixo, problematizando a atividade da catação como alternativa de viver e resistir à experiência da desfiliação social. Parto do pressuposto de que o trabalho com o lixo pode se configurar como tática de sobrevivência e filiação social, abrindo, assim, uma via de retomada da cidadania e construção de um outro cotidiano.”***

Em nosso estudo, não pretendíamos, e nem foi possível, compreender como o trabalho daquele grupo de catadores poderia servir como espaço de “retomada da cidadania e construção de um outro cotidiano”. Apenas alguns indicativos registrados nas falas e colocações desses trabalhadores nos levam a concordar com a autora, sobre a cotidiana re-invenção do trabalho e da vida social. Para um melhor aprofundamento, seria necessário um novo momento para discutir essas questões-chave junto aos grupos. Mas as falas aqui apresentadas nos dão alguns indícios de como esse trabalho pode se configurar como “tática de sobrevivência”. Vejamos:

A análise das entrevistas mostrou que, com relação à percepção de riscos à saúde, os principais problemas observados foram a minimização dos perigos e negação dos riscos. Segundo Dejours (1994)⁵⁴, os trabalhadores quando confrontados frente a uma situação de potencial ameaça física ou psíquica, onde lhes é restringida a capacidade de controle, tendem a “burlar” a ameaça através da negação de sua existência. A esta capacidade o autor denomina de estratégia defensiva.

Minimizar os perigos e negar os riscos, constitui-se em uma estratégia que tem relação direta com a necessidade dos catadores de garantirem sua sobrevivência e a de seus familiares a partir do trabalho com o lixo. Ou seja, tais estratégias facilitam e possibilitam a permanência do catador no trabalho. Para Juncá (2001, apud. Gonçalves, 2004)³², ***“trabalhar com o lixo parece constituir-se em um desafio a ser vencido. Desafio que envolve ignorar estigmas e encarar riscos, substituindo medos e***

humilhações por formas de enfrentamento da realidade que criam e os mobilizam integralmente”.

Ainda segundo Dejours (1994)⁵⁴, grupos de trabalhadores que compartilham as mesmas situações de risco – e onde lhes é também negada a capacidade de controle / intervenção sobre a fonte do risco – tendem a apresentar as mesmas estratégias defensivas, muitas das vezes compartilhadas e consolidadas coletivamente. A esta resposta coletiva frente a uma situação de ameaça o autor denomina de ideologia defensiva.

A análise das falas dos trabalhadores e os registros de suas reações – emoções, anseios – no momento das entrevistas, nos permitiram compreender o papel dessa ideologia defensiva junto ao grupo. Era o resgate, desesperado, é verdade, do controle da situação de risco. Segundo Dejours (1994)⁵⁴, na busca de lidar com a realidade que ameaça, os trabalhadores atribuem a esta realidade um valor simbólico, que se configura em função protetora. Este é o princípio da construção de estratégias defensivas, que aparece em alguns estudos de caso (Levigard, 2001; Peres, 2003; Fonseca, 2004; Peres et al, 2005)²³ realizados junto a grupos de trabalhadores rurais.

Assim, ao reduzir o risco à saúde aos casos em que os indivíduos, voluntariamente, agem de maneira imprudente, esses trabalhadores negam a existência dos riscos que, cotidianamente, os cercam, e estão presentes naquele ambiente. Sobre esse aspecto, Juncá (2004)⁵⁵ destaca um processo perverso de responsabilização dos catadores também ligado ao agir de maneira imprudente.

Com relação aos riscos ambientais, o que pudemos perceber com a análise das falas dos trabalhadores foi, em primeiro lugar, um distanciamento deles em relação ao ambiente que os cerca e, em um segundo momento, a concepção idealizada de ambiente baseada nas imagens e lembranças – principalmente entre os mais antigos – do ambiente natural que ali existia (manguezal às margens da Baía de Guanabara) antes da implantação do aterro.

Para os entrevistados, as ameaças ao ambiente se restringem à contaminação dos compartimentos ambientais. Em nenhum momento, quando solicitados a responder sobre suas percepções acerca dos riscos ambientais que identificavam, esses

trabalhadores se colocaram como parte do ambiente e, portanto, capazes de sofrerem os efeitos indesejados dessa ameaça. Assim, a percepção de risco ambiental era externa – a poluição da baía, a mortandade de peixes, o sumiço de espécies animais – e não um fator de risco cotidianamente enfrentado por eles, no ambiente deles.

Alia-se a este fato a concepção idealizada do ambiente local, observada em muitos respondentes, principalmente os mais velhos, como uma lembrança do ambiente natural de antes da implantação do aterro. Para os mais jovens, aquela era a realidade que eles conheciam e, portanto, a percepção de mudanças ambientais acabava ficando restrita às imagens e histórias passadas pelos pais e avós.

A baixa percepção de riscos ambientais observada com a análise das entrevistas veio a confirmar resultados apontados por Porto e colaboradores (2004)⁸ que, ao perguntarem para trabalhadores desse mesmo aterro controlado se ele (o aterro) gerava problemas ambientais, obtiveram a resposta positiva em apenas 27% dos casos.

Certamente, toda a atividade humana envolve uma série de riscos diretamente proporcionais ao tipo de atividade que se realiza. As atividades exercidas cotidianamente pelo homem são baseadas na probabilidade de ocorrerem ou não eventos danosos. É impossível calcular com segurança científica as possíveis consequências de uma ação, tomando como base a falta de tempo para fazê-lo, frente à múltipla riqueza e complexidade das atividades quotidianas. Para Brüseke (1997, apud. Dagnino e Júnior, 2007²⁹), mesmo que os riscos ambientais afetem, cada vez mais, maiores grupos sociais, ainda assim, há uma grande dificuldade em determinar se ocorrerá um evento previsto ou não:

O risco ambiental não pode ser confundido com o anúncio de um fato x na hora y. O risco não expressa uma corrente de determinações que conduzam necessariamente a um resultado prognosticado. Por isso, falar sobre riscos, no campo ambiental, tem sempre o caráter de um alerta que mobiliza argumentativamente a imaginação de movimentos lineares que levam impreterivelmente à catástrofe, ou pelo menos, a um dano irreparável, se... Se nós não fizermos alguma coisa.

Os riscos relacionados ao ambiente e à atividade de coleta de resíduos sólidos urbanos parecem estar bem definidos para a comunidade científica em geral. As vias de intoxicação, a toxicidade e os danos à saúde e ao ambiente, através deste local e atividade, aparecem hoje como conhecimento claro e bem constituído por estudos afins, evidenciando os riscos presentes^{8,15,30}.

A saída para este dilema é reconhecer a probabilidade de estarmos sempre mais ou menos equivocados nas nossas certezas, e que devemos contar com as experiências e percepções dos outros, sejam de uma cultura comum, sejam completos estranhos. Dessa forma, a interpretação sobre a possibilidade de algo ser definido como risco deve ser composta pela experiência e honestidade individual do pesquisador, aliada à memória coletiva daqueles que já vivenciaram algo semelhante. Todavia, é facultado ao homem reagir aos riscos, conforme a percepção que tenha das situações de risco potenciais, mediadas por informações, valores e crenças²³.

7. CONCLUSÕES

A análise dos dados de campo desvelou uma situação extremamente preocupante, onde um grande contingente de trabalhadores se coloca sob situação de risco cotidianamente, nos diferentes processos de trabalho de um aterro controlado do estado do Rio de Janeiro. Parte dessa situação acaba sendo determinada pela percepção de risco desses trabalhadores quanto aos perigos presentes no ambiente e seus impactos sobre a saúde.

Com relação à percepção de riscos ambientais, observou-se que a maioria dos entrevistados colocava-se como observador externo do ambiente em que, diariamente, estavam inseridos. Ao serem indagados sobre os riscos ambientais percebidos, apontaram para diversos problemas causados pelo aterro aos componentes ambientais, sem associá-los a eles mesmos e a sua presença ali.

Com relação à percepção de riscos à saúde, a maioria dos entrevistados negava a existência de riscos, reduzindo-os a atitudes irresponsáveis tomadas por alguns colegas – nunca eles mesmos! – que, em algumas situações e de forma deliberada, agiam como se quisessem enfrentar os perigos ali presentes no ambiente de trabalho. Como vimos, ao reduzir o risco à saúde aos casos em que esses indivíduos, voluntariamente, agem de maneira imprudente, os trabalhadores não apenas negam a existência dos riscos que, cotidianamente, os cercam, e estão presentes naquele ambiente, como estabelecem estratégias de defesa, na tentativa de retomada de controle de uma situação que, há muito, lhes foi tirado.

Sendo assim, concluindo com a profa. Denise Juncá (2004)⁵⁵ *“o lixo é cercado de ambigüidades, podendo condenar o catador a um processo perverso de filiação. Entretanto, o enfrentamento destas ambigüidades e a criação de formas alternativas de trabalho podem alterar a situação, propiciando a constituição/reconstituição de uma identidade profissional e um modo qualificado de inserção social, centrado na cidadania (...) o lixo pode deixar de ser um lugar de restos e sobras, sendo re-significado e passando a constituir um lugar de trabalho e vida.”* Cabe a nós, profissionais do campo da saúde, encontrar espaços de discussão e meios que nos permitam trabalhar algumas das questões aqui apontadas para contribuir com a melhoria da qualidade de vida e de trabalho desse grupo tão esquecido de trabalhadores.

Nesse contexto, sem ter a pretensão de esgotar ou apresentar uma solução definitiva sobre o tema, ‘resignificar’ o lixo, transformando-o em um lugar de trabalho e vida envolve questões que vão muito além das preocupações atuais de governantes e de cidadãos de países industrializados ou não, limitadas unicamente aos resíduos em si, que consideram o catador como um estorvo e um problema a ser resolvido. Há que se reconhecer esse trabalhador como um importante ator no final da cadeia produtiva de materiais, dada a sua inquestionável contribuição para a minimização dos efeitos negativos ao meio ambiente, considerá-lo peça imprescindível no processo de gerenciamento de risco, e, também, são necessárias articulações, buscando-se a intersectorialidade e estabelecendo-se alianças, por meio de implantação e/ou implementação de políticas públicas favoráveis à saúde e ao meio ambiente, que “*se constitui hoje num dos temas essenciais de política governamental e numa das maiores preocupações dos cidadãos, seja nos países industrializados ou não*”. (BRILHANTE E CALDAS,1999 apud. CARNEIRO et. al., 2004)²².

8. BIBLIOGRAFIA

1. UJVARI, S. C. **Meio ambiente & epidemias**. São Paulo: Editora SENAC, 190p., 2004.
2. SNOW, J. **Sobre a maneira de transmissão do cólera**. São Paulo: HUCITEC; p. 249, 1990.
3. AIZEN, M. & PECHMAN, R. M. **Memória da limpeza urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Coopim, COMLURB, 1985.
4. MONTEIRO, J. H. P. et. al. **MANUAL DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.
5. ROSEN, G. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: HUCITEC, 423 p., 1994.
6. COMUNIDADE COEP. **Diagnóstico Social de Jardim Gramacho**. Rio de Janeiro: IBASE, 2005.
7. CAVALCANTE, S. & FRANCO, M. F. A. **Profissão perigo: percepção de risco à saúde entre catadores do lixão de Jangurussu**. In: Revista Mal-Estar e Subjetividade. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, ano/vol. VII, nº 001, p. 211-231, março, 2007.
8. PORTO, M. F. de S. et. al. **Lixo, trabalho e saúde: um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro**. In: Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 20(6):1503-1514, nov-dez, 2004.
9. GALDINO, C. A. B. et al. **Passivo ambiental: revisão teórica de custos na indústria do petróleo**. *Prod.* [online]. 2004, vol.14, n.1 [citado 2009-08-18], pp. 54-63. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132004000100006&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0103-6513. doi: 10.1590/S0103-65132004000100006.
10. COMLURB. **Relatório mensal dos aspectos geológicos do aterro de Jardim Gramacho**. Rio de Janeiro, 2007;

11. JORNAL DO BRASIL. **Alerta vermelho em Gramacho.** JB CIDADE. Meio Ambiente. Jornal do Brasil; 13/02/2008.
12. ELO. **CAENGE ambiental opera aterro da COMLURB em Jardim Gramacho.** In: REVISTA ELO. Rio de Janeiro: Ed. Grafitt Gráfica Ltda. Ano 7, Nº 35. p. 44-47 , outubro – novembro de 2006;
13. Intergovernmental Panel of Climate Changes (IPCC). **Observations: oceanic climate change and sea level. The physical science basis. Contribution of Working Group first to the fourth assessment report of the intergovernmental panel on climate change.** New York: Cambridge University Press; p.385-432, 2007.
14. MNCR. **Artigo do Professor Boaventura de Souza Santos - Revista Visão (Portugal) 27 de setembro 2007.** In: Disponível em: <http://www.mncr.org.br/artigos/lixo-e-cidadania/?searchterm=Boaventura%20Santos>. [Acesso em: 24 out. 2007
15. SISINNO, C. L. S. et. al. **Resíduos sólidos, ambiente e saúde: uma visão multidisciplinar.** Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 142p. 2000.
16. FIGUEIREDO, P. M. J. **A sociedade do lixo: os resíduos, a questão energética e a crise ambiental.** Piracicaba, SP: UNIMEP, 1995.
17. RIGOTTO, R. **Produção, consumo, saúde e ambiente.** In: Saúde e Ambiente Sustentável: estreitando nós. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, p. 233-260, 2002.
18. PNSB 2000. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.** Rio de Janeiro, 2002.
19. COMLURB. **Produção de lixo no Rio de Janeiro.** In: Meio ambiente – O lixo coletado. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/comlurb/>. [Acesso em: 15 jun. 2008].
20. **Plano diretor de recursos hídricos da região hidrográfica da Baía de Guanabara: relatório final – síntese.** Rio de Janeiro: Ecologus – Agrar, p. 203, 2005.

21. MS/SVS/CGVAM. **Programa nacional de vigilância em saúde de populações expostas a solo contaminado.** Brasília/DF, 2006.
22. CARNEIRO, R. M. A. et. al. **Experiências municipais sobre resíduos perigosos: avaliação, percepção e comunicação de riscos.** In: Revista Brasileira de Ciências Ambientais. São Paulo: USP, dezembro, nº 2, p. 5-13, 2004.
23. PERES, F. et. al. **Percepção de risco no trabalho rural em uma região agrícola do estado do Rio de Janeiro, Brasil: Agrotóxico, saúde e ambiente.** In: Cadernos de Saúde Pública, Vol. 21, nº 6, p.1836-1844, 2005.
24. FREITAS, C. M. **A contribuição dos estudos de percepção de riscos na avaliação e no gerenciamento de riscos relacionados aos resíduos perigosos.** In: Resíduos sólidos, Ambiente e saúde: uma visão multidisciplinar. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, p. 111-127, 2000.
25. PERES, F. **Onde mora o perigo? Percepção de riscos, ambiente e saúde.** In: Minayo MCS, Miranda AC, organizadores. Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 135-141, 2002.
26. SLOVIC, P. **Going beyond the red book: The sociopolitics of risk.** In: Human and Ecological Risk Assessment. Oregon, USA: Vol.9, Nº 05, 1-10, 01/08/2003.
27. NAVARRO, M. B. M. de A. & CARDOSO, T. A. de O. **Percepção de Risco e Cognição: reflexão sobre a sociedade de risco.** In: Ciência & Cognição; Rio de Janeiro, Vol. 06: 67-72, 30/11/2005.
28. BECK, U. **Incertezas fabricadas.** In: A sociedade do risco. O medo na contemporaneidade. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo-RS: p. 5-12, 22/05/ 2006.
29. DAGNINO, R. DE S. & JUNIOR, S. C. **Climatologia e estudos da paisagem.** Rio Claro: Vol. 2, nº 2, p. 50-87, junho/dezembro, 2007.

30. FERREIRA, J. A. e ANJOS, L. A. DOS. **Aspectos de saúde coletiva e ocupacional associados à gestão dos resíduos sólidos municipais**. In: Cadernos de Saúde Pública, vol.17, n.º.3, p. 689-696, 2001.
31. PORTO, M. F. S. **Relatório Resumido do Questionário sobre as Condições de Vida, Trabalho e Saúde dos Trabalhadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho/RJ**. Projeto Intitulado - "Saúde, Ambiente e Desenvolvimento: Degradação Ambiental e Efeitos sobre a Saúde decorrentes da Disposição de Resíduos na Baixada Fluminense". FIOCRUZ/ENSP/CESTEH. Agosto de 2002.
32. GONÇALVES, R. S. **Catadores de Materiais Recicláveis: trajetórias de vida, trabalho e saúde**. Dissertação de Mestrado. FIOCRUZ/ENSP - RJ, 2004.
33. PORTILHO, F. **Representações sociais de profissionais do Lixo: para além de estigmas, repulsas e tabus**. In: Saúde e Direitos Humanos / Ministério da Saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz, Núcleo de Estudos em Direitos Humanos e Saúde Helena Besserman. – Ano 3, Nº 3 (2006).
34. BARCELLOS, C. & QUITERIO, L. A. D. **Vigilância ambiental em saúde e sua implantação no Sistema Único de Saúde**. In: Revista Saúde Pública, vol.40, n.1, p. 170-177, 2006.
35. PERES, F. **Onde mora o perigo? O processo de construção de uma metodologia de diagnóstico rápido da percepção de riscos no trabalho rural**. Tese de Doutorado. UNICAMP – SP, 2003.
36. IBGE. **Estimativas das populações residentes, em 1º de julho de 2008, segundo os municípios**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2008/POP2008_DOU.pdf. [Acesso em: 12 out. 2008].
37. IBGE. **Tabela 2 - Produto Interno Bruto dos Municípios 2002-2005. Tabela 2 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e respectivas Unidades da Federação – 2005**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005/tab02.pdf>.

[Acesso em: 12 out. 2008].

38. PNUD. **Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal, 1991 e 2000 Todos os municípios do Brasil**. Disponível em: [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm). [Acesso em: 12 out. 2008].

39. RIBEIRO, T. & PACHECO, T. **Mapa de conflitos causados por Racismo Ambiental no Brasil: Levantamento inicial**. Rede Brasileira de Justiça Ambiental, junho de 2007. Disponível em: http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=1555. [Acesso em: 25 set. 2008].

40. MNCR. **Tecnologia para reforçar a organização: Sistema online reúne dados sobre catadores de materiais recicláveis de todo país**. Disponível em: http://www.mncr.org.br/box_2/noticias-regionais/tecnologia-para-reforcar-a-organizacao/?searchterm=cadastro%20de%20catadores. [Acesso em: 10 ago. 2009].

41. ACSELRAD, H. et. al. **Justiça ambiental e cidadania**. In: A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução. Rio de Janeiro: Editora RELUME DUMARÁ: Fundação FORD, p.11, 2004.

42. PORTO, M. F. de S. **Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p.59, 2007.

43. MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8ª ed. São Paulo: Huicitec, 2004.

44. DECRETO PRESIDENCIAL Nº 5.940, DE 25 DE OUTUBRO DE 2006. **Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis**.

45. MNCR. **História do mncr: nossa história.** Disponível em: http://www.org.br/box_1/sua-historia. [Acesso em: 14 set. 2009].
46. MNCR. **O que é o movimento?**. Disponível em: http://www.mncr.org.br/box_1/o-que-e-o-movimento. [Acesso em: 14 set. 2009].
47. **LIXO & CIDADANIA.** Revista do 6º Festival Lixo e Cidadania – ano 6 – set. 2007.
48. JUNCÁ, D. et. al. **A mão que obra no lixo.** Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2000.
49. MTE 2002. **Classificação Brasileira de Ocupações.** Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=5192-05>. [Acesso em: 01 abr. 2009].
50. GRIMBERG, E. **Coleta seletiva com inclusão social: Fórum lixo & cidadania na cidade de São Paulo – experiência e desafios.** São Paulo: Instituto Pólis (publicação Pólis, 49), 2007.
51. BASTOS, V. & ARAÚJO, M. S. de. **Possibilidades e Limites do Trabalho de Organização Social dos Catadores de Lixo do Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho.** Duque de Caxias – RJ: Construtora Queiroz Galvão S.A. - Programa Social do Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho, 1998.
52. GONÇALVES, M. A. **O trabalho no lixo:** Presidente Prudente, 2006. Tese de doutorado em Geografia pela Faculdade de Ciências de Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – Unesp.
53. Medeiros, L. F. R.; Macedo, K. B. **Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?** In: *Psicologia & Sociedade*; 18 (2): 62-71; mai./ago. 2006.

54. DEJOURS, C. et. al. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho.** São Paulo: Atlas, 1994.

55. JUNCA, D. C. de M. **Mais que sobras e sobrantes: trajetórias de sujeitos no lixo.** Tese de Doutorado. FIOCRUZ/ENSP - RJ, 2004.

ANEXOS

ANEXO 1: ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Qual o seu nome? Quantos anos você tem? Qual a sua escolaridade? Há quantos anos você trabalha aqui? Onde você mora? Há quanto tempo (mora)? Com quem você mora?
2. Seus familiares sabem do seu trabalho? O que eles pensam sobre isso?
3. Resgate um pouco da sua história! Como foi que você virou catador(a)?
4. Para você, o que é ser catador(a)? Por quê?
5. O que você acha que as pessoas, de uma forma geral, pensam sobre o seu trabalho? Por quê? Isso lhe afeta (chateia, magoa etc.) de alguma forma? Por quê?
6. Onde é melhor de se trabalhar (catar)? Na frente de serviço ou na Cooperativa (Associação)? Por quê?
7. O que é o Aterro de Gramacho na sua opinião?
8. Se você tivesse que descrever o seu trabalho aqui com uma palavra qual você usaria? Por quê?
9. Para você, o que é o ambiente? Dê um (ou mais) exemplo(s).
10. Como você vê o seu trabalho no Aterro de Gramacho (Cooperativa / Associação) hoje? Qual a relação do seu trabalho com o ambiente?
11. Você poderia descrever um dia de trabalho seu? Como é um bom / tranquilo dia de trabalho seu? Como é um dia ruim de trabalho seu?
12. O que você acha das condições de trabalho que você tem aqui? Por quê?
13. O seu trabalho pode causar problemas para sua saúde? E a dos seus colegas? Que tipos de problemas? Por quê?
14. Como você se previne? Todos aqui se previnem dessa forma? Você acha que isso é um problema? Por quê?
15. Você ou algum colega seu alguma vez já teve algum problema (acidente) de saúde? Qual? Você acha que esse problema tem relação com o seu trabalho? Por quê?
16. Se você pudesse escolher outro trabalho, qual escolheria? Por quê? O que difere esse segundo trabalho do seu atual?
17. O que você espera do futuro, tendo em vista o fechamento do Aterro de Gramacho?

18. De cinco anos para cá, o que mudou no ambiente do Aterro de Gramacho? O que mudou para melhor? O que mudou para pior? Qual a sua opinião sobre essas mudanças?
19. Descreva como é o seu trabalho aqui na Cooperativa / Associação?
20. Eu ouvi dizer que no Aterro de Gramacho existem pessoas com problemas com a justiça. Isso é verdade?
21. De cinco anos para cá, o que mudou no ambiente do seu bairro / localidade? O que mudou para melhor? O que mudou para pior? Qual a sua opinião sobre essas mudanças?
22. O que você acha do ambiente do Aterro de Gramacho? O que você gosta nele? O que você não gosta? Por quê?
23. O que você acha do ambiente do seu bairro? O que você gosta nele? O que você não gosta? Por quê?
24. Existem problemas ambientais no Aterro de Gramacho? Quais são? Por que você acha que isso é um problema? Explique.
25. Você acha que esse problema pode afetar a sua saúde ou a de outras pessoas? De que forma? Quem lhe informou sobre isso? Quando?
26. O que você faz para se proteger desse problema? E como faz para proteger sua família? Por quê?
27. Existem problemas ambientais no seu bairro? Quais são? Por que você acha que isso é um problema? Explique.
28. Você acha que esse problema pode afetar a sua saúde ou a de outras pessoas? De que forma? Quem lhe informou sobre isso? Quando?
29. O que você faz para se proteger desse problema? E como faz para proteger sua família? Por quê?
30. Você acha que existem soluções para estes problemas? Quais seriam? Quem (ou que instituição) deveria ser responsável por resolver estes problemas? Na sua opinião, por que eles (ou estas instituições) não resolvem estes problemas?
31. O que você faria para resolver esses problemas? Como você faria isso? Quem (ou que instituição) você procuraria para ajudá-lo a resolver esses problemas? Por quê?
32. Alguma vez você já procurou se informar sobre esses problemas? Onde? Quem informou?
33. Alguma vez você já pediu ajuda para resolver algum problema relacionado ao ambiente do bairro / localidade? Quando foi?

34. Quem você procurou? Por quê? O que foi resolvido? Você ficou satisfeito com essa solução (ou com a não-solução)? Por quê?
35. Você tem filhos? Em caso afirmativo, você aceitaria que sua filha trabalhasse aqui? Por quê? Em caso negativo, imagine que você tivesse uma filha: você aceitaria que sua filha trabalhasse aqui? Por quê?
36. Nas últimas quatro semanas, você, ou alguém que conhece, teve algum problema de saúde ou se sentiu mal, de alguma forma? O que fez? Acha que isso teve relação com o seu trabalho? Ou com o lugar onde mora? Por quê?
37. Se você fosse um professor e tivesse que ensinar às pessoas a cuidarem do ambiente do seu bairro, o que vocêalaria? Para quem vocêalaria? Por quê? Como vocêalaria sobre esse assunto? Por quê?
38. Como você se vê daqui a dez anos? Por quê? Quais os seus planos para o seu futuro?
39. Que sugestão você me daria para conhecer melhor o seu trabalho?

ANEXO 2: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar da pesquisa **“Percepção de Riscos Ambientais de Trabalhadores Catadores de Materiais Recicláveis em um Aterro Controlado do Município de Duque De Caxias / RJ”**. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar desta pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Este estudo tem como objetivo conhecer a percepção de riscos ambientais e as estratégias de enfrentamento dos problemas de saúde e ambiente dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis e contribuir para o desenvolvimento de estratégias de comunicação de risco, baseado na realização de estudos de diagnóstico rápido da percepção de risco de populações expostas a contaminantes ambientais presentes no solo de algumas áreas do país, no âmbito do programa Vigilância em Saúde Ambiental Relacionado a Populações Expostas a Áreas com Solos Contaminados (VIGISOLO – CGVAM / SVS / MS).

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder às perguntas feitas durante as entrevistas. Não há riscos relacionados com sua participação. O benefício relacionado com a sua participação é a contribuição para a construção de estratégias educativas e de comunicação de risco que contribuam para a minimização dos efeitos nocivos dos contaminantes ambientais presentes no solo às populações residentes em áreas contaminadas. Não haverá nenhuma compensação financeira / pagamento pelo fornecimento destas informações.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Você será identificado, apenas, pela sua idade, sexo e profissão. O seu depoimento será usado para que melhor possamos entender a realidade do seu trabalho. As falas aqui gravadas serão reproduzidas apenas em publicações científicas, respeitando-se o sigilo do seu nome. Todo o material gravado ficará sob a guarda do pesquisador principal.

A qualquer momento você poderá solicitar uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação:

Frederico Peres
Pesquisador
CESTEH / ENSP / Fiocruz
R. Leopoldo Bulhões 1480 – sala 29
Manguinhos, Rio de Janeiro / RJ
Tel. (21) 2598-2825

Comitê de Ética em Pesquisa da Ensp
R. Leopoldo Bulhões 1480 – sala 314
Manguinhos, Rio de Janeiro / RJ
Tel. (21) 2598-2863

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Sujeito da pesquisa